







DIÁLOGOS TEMÁTICOS UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA 2020-2024

DIÁLOGOS TEMÁTICOS UNIÃO EUROPEIA - ANGOLA 2020-2024

RESULTADOS COM FUTURO

FICHA TÉCNICA

Título

Diálogos Temáticos União Europeia-Angola 2020-2024. Resultados Com Futuro

Redacção

Bruno Carapinha e Sofia Martins

Implementado por

CESO Development Consultants/GIZ

Edição Gráfica

Sartor Seven

Impressão

Luanda, Angola

Edição

Junho de 2024

ÍNDICE

| ACRÓNIMOS INTRODUÇÃO | | 0: |
|-------------------------|--|----|
| | | 06 |
| 1. | UM CAMINHO CONJUNTO | 06 |
| | Cooperação da União Europeia em Angola | 10 |
| | Investimento da União Europeia em Angola | 1 |
| 2. | DIÁLOGOS TEMÁTICOS UE-ANGOLA | 12 |
| | Um novo paradigma de cooperação | 7. |
| | Estrutura do Programa | 1: |
| | Ciclo das Acções de Diálogo | 18 |
| 3. | RESULTADOS | 24 |
| | CAPACITAÇÃO | 2 |
| | ACÇÕES DE DIÁLOGO | 29 |
| | COMUNICAÇÃO | 40 |
| 4. | OS PRÓXIMOS PASSOS | 40 |
| 5. | ÁREAS TEMÁTICAS | 50 |
| | PAZ E SEGURANÇA | 5. |
| | Capacitação Técnica no Domínio da Segurança Marítima | 5. |

| ВС | BOA GOVERNAÇÃO E DIREITOS HUMANOS | |
|----------------------|---|----|
| • | Apoio à Elaboração da Nota Conceptual Public Expenditure and Financial Accountability em Angola (PEFA I) | 58 |
| • | Apoio à Realização da Avaliação Public Expenditure and Financial Accountability em Angola (PEFA II) | 60 |
| • | Diagnóstico da Igualdade de Género em Angola | 62 |
| • | Estudo no Domínio da Justiça e do Estado de Direito em Angola | 64 |
| • | Troca de Experiências sobre Planeamento do Desenvolvimento Nacional e Avaliação das Políticas Públicas | 66 |
| CI | RESCIMENTO ECONÓMICO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 68 |
| | Revisão da Avaliação das Espécies de Pequenos Pelágicos | 70 |
| | 2.º Fórum de Negócios Angola-União Europeia | 72 |
| | Diagnóstico do Sector da Pesca Artesanal e de Pequena Escala em Angola | 74 |
| | Melhores Práticas para a Preparação e Organização de Missões Empresariais | 76 |
| • | Capacitação Técnica na Condução de Processos Sancionatórios por Práticas Restritivas da Concorrência | 78 |
| ENERGIA | | 80 |
| • | Intercâmbio para Análise do Potencial de um Programa de Sistemas Solares Domésticos em Angola | 82 |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA | | 84 |
| | Políticas e Práticas de Financiamento para uma Ciência e Tecnologia Glocal, Ética, Inovadora e Relevante | 86 |
| FC | FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO | |
| | Troca de Experiências para a Monitorização do Desenvolvimento do Capital Humano | 90 |
| • | Prémio Académico Diálogos UE-Angola | 92 |

ACRÓNIMOS

AdC Autoridade da Concorrência

AD&C Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

AICEP Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal AIESPA Associação das Instituições de Ensino Superior Privadas Angolanas

AJPEX Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola

ALER Associação Lusófona de Energias Renováveis
ARC Autoridade Reguladora da Concorrência

AT Assistência Técnica

CCAUE Convite à Apresentação de Propostas
CCAUE Caminho Conjunto Angola-União Europeia

CRUANG Conselho de Reitores das Universidades Angolanas

DUE Delegação da União Europeia em Angola **FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

FNI Fundo Nacional de Investigação

FUNDECIT Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IDE Investimento Directo Estrangeiro

IMAR Instituto do Mar

INIPM Instituto Nacional de Investigação Pesqueira e Marinha

MASFAMU Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher

MEP Ministério da Economia e Planeamento

MESCTI Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

MGA Marinha de Guerra Angolana

MINDENACVP Ministério da Defesa Nacional, Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria

MINEA Ministério da Energia e Águas

MINFIN Ministério das Finanças

MINJUSDH Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos MINPERMAR Ministério das Pescas e Recursos Marinhos

MINPLAN Ministério do Planeamento

MIREX Ministério das Relações Exteriores

MP Marinha Portuguesa

PALOP-TL Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste

PEFA Public Expenditure and Financial Accountability

PIP Programa Indicativo Plurianual

PlanAPP Centro de Competências de Planeamento, de Políticas

e de Prospetiva da Administração Pública

SADC Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

UE União Europeia

UTG/PNFQ Unidade Técnica de Gestão do Plano Nacional de Formação de Quadros



INTRODUÇÃO

O programa Facilidade de Diálogo UE-Angola é financiado pela União Europeia e implementado por uma Assistência Técnica desde 2019. A iniciativa visa promover o desenvolvimento sustentável e a eficácia do diálogo político entre a UE e Angola nas áreas temáticas prioritárias de interesse comum identificadas no acordo *Caminho Conjunto Angola-União Europeia*, em alinhamento com o Programa Indicativo Plurianual da UE e com os instrumentos de planeamento do Governo de Angola, tais como a estratégia de longo prazo Angola 2050 e o Plano de Desenvolvimento Nacional.

A Facilidade de Diálogo UE-Angola é governada pela União Europeia e pelo Governo de Angola, cumprindo o espírito de partilha de interesses e de responsabilidades estabelecido pelo acordo Caminho Conjunto. O mesmo espírito preside às Acções de Diálogo, projectos dinamizados em parceria por instituições públicas angolanas e organizações congéneres da União Europeia e de Estados-Membros da UE, com vista a trocar experiências, desenvolver políticas públicas e estruturar parcerias institucionais duradouras.

Esta publicação apresenta um balanço geral dos primeiros 4 anos de execução do programa, entre 2020 e 2024, incluindo resultados quantitativos e qualitativos. Assinalam-se os sucessos e aprendizagens realizadas e perspectivam-se ainda passos para o desenvolvimento futuro da iniciativa, estimando o continuado empenho das instituições beneficiárias.

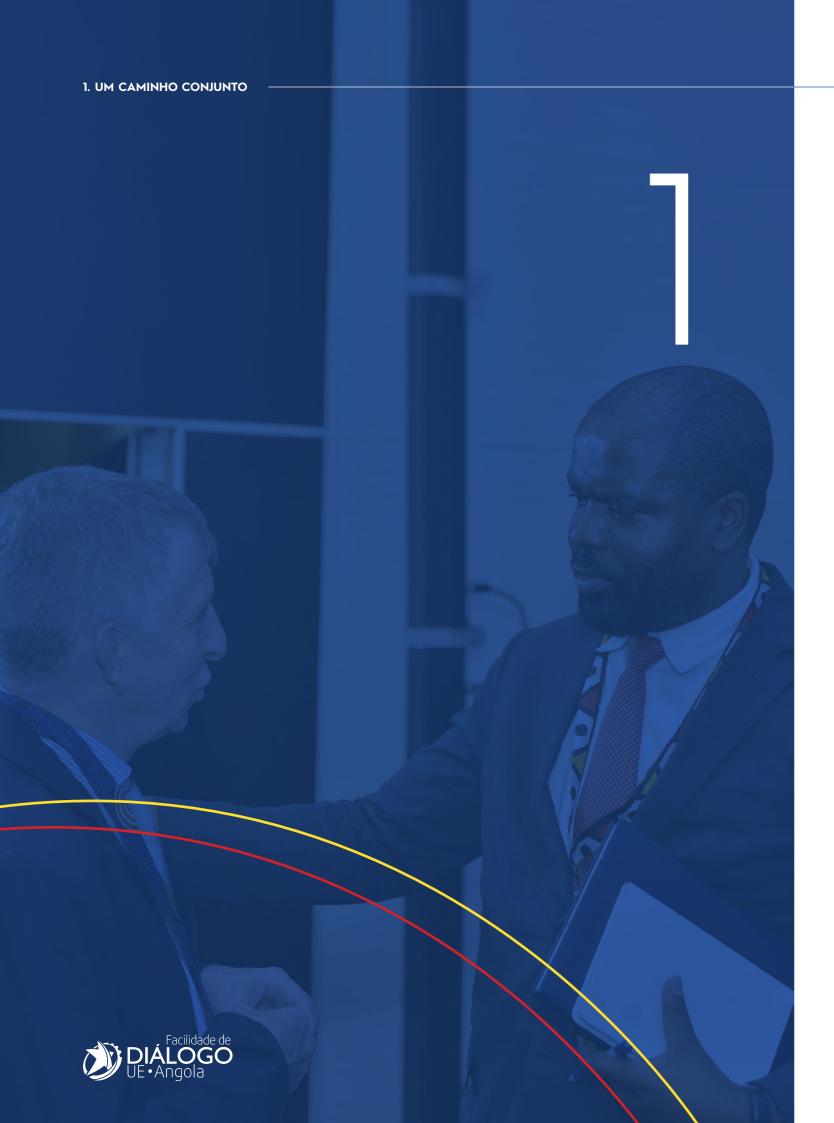
A parte 1 descreve o enquadramento da cooperação e das relações entre Angola e a União Europeia, incluindo o acordo *Caminho Conjunto Angola-União Europeia* e a estratégia Global Gateway. A parte 2 apresenta o programa Facilidade de Diálogo UE-Angola, a sua estrutura, áreas de intervenção, principais resultados-chave e ambições, enunciando o ciclo das Acções de Diálogo.

A parte 3 explora as mudanças operadas nos parceiros pela realização das Acções de Diálogo e a participação em iniciativas organizadas pelo programa. Para além disso, analisa abordagens de sucesso e os indicadores de desempenho em cada resultado-chave: *Capacitação, Acções de Diálogo e Comunicação*.

A parte 4 identifica opções de aprofundamento de princípios já em execução, para incrementar os resultados obtidos e potenciar o engajamento dos públicos-alvo nas iniciativas do programa.

Finalmente, a parte 5 apresenta as fichas-síntese das 15 Acções de Diálogo, organizadas à volta das 6 áreas temáticas cobertas no exercício de 2020-2024: Paz e Segurança; Boa Governação e Direitos Humanos; Crescimento Económico e Desenvolvimento Sustentável; Energia; Ciência e Tecnologia; Formação e Educação.





UM CAMINHO CONJUNTO

Em 2012, o acordo **Caminho Conjunto Angola-UE** / Joint Way Forward definiu um novo paradigma de cooperação e diálogo político entre Angola e a União Europeia, criando uma plataforma única para desenvolver e aprofundar parcerias estratégicas nas áreas temáticas prioritárias de interesse comum:



PAZ E SEGURANÇA

BOA GOVERNAÇÃO E DIREITOS HUMANOS





CRESCIMENTO ECONÓMICO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL







ENERGIA

SISTEMA DE TRANSPORTES





CIÊNCIA E TECNOLOGIA FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO



Este acordo, que enquadra a relação entre Angola e a União Europeia, assenta nos princípios fundamentais da democracia e do Estado de direito e é concretizado em iniciativas em diversos domínios e níveis de responsabilidade, baseadas no interesse mútuo e numa abordagem colaborativa para enfrentar os desafios presentes e futuros.

DIÁLOGO DE ALTO NÍVEL

REUNIÕES MINISTERIAIS DESDE 2014

Fóruns políticos de alto nível para discussão de assuntos de interesse comum, análise da cooperação UE-Angola e dos progressos desenvolvidos no quadro do Caminho Conjunto Angola-UE

COOPERAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA **EM ANGOLA**

A União Europeia é o principal doador em Angola, assegurando financiamento a projectos em diversas áreas. A UE programou a sua intervenção para o período 2021-2027 através do **Programa Indicativo** Plurianual para Angola (PIP), em alinhamento com as prioridades nacionais, e definiu 3 áreas prioritárias de cooperação, às quais atribuiu uma alocação inicial de 275 milhões EUR.

PRIORIDADE 1

PRIORIDADE 2

PRIORIDADE 3

137,5M EUR

DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA SUSTENTÁVEL

55M EUR

GOVERNAÇÃO TRANSPARENTE, RESPONSÁVEL E EFICAZ

55M EUR

DESENVOLVIMENTO HUMANO

27,5M EUR

INVESTIMENTO DA UNIÃO EUROPEIA **EM ANGOLA**

A Estratégia Global Gateway, iniciativa de investimento da UE para apoiar países parceiros no desenvolvimento de projectos nos sectores da digitalização, saúde, clima, energia, transportes, educação e investigação, aprofunda esta parceria com Angola e com o continente africano. Destaca-se, como ponto inaugural deste compromisso, o Pacote de Investimento África-Europa que aloca cerca de 150 mil milhões de euros para os sectores da energia e telecomunicações.

> ANGOLA É O 6º MAIOR **DESTINO AFRICANO DOS** INVESTIMENTOS EUROPEUS,

ASCENDENDO A CERCA DE 14,1 MIL MILHÕES DE EUROS EM IDE, EM 2021

Em Angola, a Global Gateway está alinhada com a visão de desenvolvimento sustentável e inclusivo da estratégia de longo prazo "Angola 2050". Entre os projectos emblemáticos, destacase o Corredor Logístico Verde e Digital em Angola, que liga os portos de Sines e a Barra do Dande. Este projecto visa estabelecer corredores logísticos sustentáveis, verdes e digitais e aumentar a conectividade global, para os segmentos do agronegócio, das matérias-primas críticas e do hidrogénio verde, promovendo o desenvolvimento económico e social mútuo

OS **INVESTIMENTOS DE ANGOLA NA UE** ATINGIRAM 3,5 MIL MILHÕES **DE EUROS** EM 2021

O Acordo de Facilitação de Investimento Sustentável, assinado em Novembro de 2023, é um marco histórico, sendo o primeiro acordo deste tipo negociado pela UE a nível global. O acordo reforça as relações económicas entre a UE e Angola, promove a atracção e expansão de investimentos a longo prazo e integra, simultaneamente, compromissos em matéria de ambiente e de direitos laborais.

Complementarmente, a UE apoia a adesão de Angola ao Acordo de Parceria Económica UE-SADC, que visa promover a integração comercial de Angola nos mercados continentais e regionais, contribuindo para a Área de Comércio Livre Continental Africana.





DIÁLOGOS TEMÁTICOS UE-ANGOLA

A *Facilidade de Diálogo UE-Angola* é um programa financiado pela União Europeia para concretizar o acordo *Caminho Conjunto Angola-União Europeia*, intensificar as relações e as parcerias entre Angola e a União Europeia e aumentar a eficácia do seu diálogo político.

O foco da Facilidade de Diálogo UE-Angola é a realização de **Acções de Diálogo**, projectos promovidos por instituições angolanas e europeias que aprofundem as parcerias entre estas organizações e que estimulem o desenvolvimento de políticas públicas e a troca de informações, de conhecimentos, de experiências e de boas práticas.

Estas Acções de Diálogo enquadram-se nas áreas temáticas prioritárias definidas no acordo *Caminho Conjunto Angola-União Europeia* e nas prioridades estabelecidas nos instrumentos de planeamento de Angola (tal como o Plano de Desenvolvimento Nacional) e da União-Europeia (o Programa Indicativo Plurianual).

As Acções de Diálogo podem ser dinamizadas pela Assistência Técnica por orientação superior do Comité de Pilotagem (Acções top down) ou pelas instituições angolanas e europeias proponentes numa candidatura a um Convite à Apresentação de Propostas (Acções bottom-up).

3 RESULTADOS-CHAVE DA FACILIDADE DE DIÁLOGO UE-ANGOLA



CAPACITAR

Reforçar a capacidade institucional para executar diálogos temáticos



REALIZAR ACÇÕES DE DIÁLOGO

Melhorar os instrumentos de diálogo temáticos entre a UE e Angola



COMUNICAR

Divulgar as políticas externa, de cooperação e de comércio da UE e as actividades do Caminho Conjunto Angola--União Europeia

UM NOVO PARADIGMA DE COOPERAÇÃO

O programa Facilidade de Diálogo UE-Angola inscreve-se na transição de um modelo de cooperação focado na ajuda ao desenvolvimento para uma abordagem de parceria, assente no diálogo e na identificação de interesses comuns, como anunciara o acordo Caminho Conjunto Angola-União Europeia.

O apoio do programa ao diálogo técnico de políticas públicas entre instituições angolanas e organizações europeias tem o potencial de estruturar e densificar as relações bilaterais, também ao nível de organizações intermédias, e procura complementar o diálogo político de alto nível entre a UE e Angola, dando-lhe uma expressão concreta.

A dimensão do país, os diferentes níveis de competências e de maturidade organizacional das instituições da administração pública angolana, o desconhecimento sobre os mecanismos de gestão

AMBIÇÕES



CONSOLIDAR O PARADIGMA DE COOPERAÇÃO ASSENTE NO DIÁLOGO E NO INTERESSE MÚTUO

CRIAR UM DIÁLOGO TÉCNICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

> FOMENTAR RELAÇÕES BILATERAIS BENÉFICAS

ESTABELECER PARCERIAS REAIS E DURADOURAS

IDENTIFICAR PASSOS FUTUROS

PROMOVER E DIVULGAR A COOPERAÇÃO ENTRE ANGOLA E A UNIÃO EUROPEIA de projectos e a limitação dos recursos humanos para dinamizar Acções de Diálogo eram desafios conhecidos. A pandemia global da Covid-19 somou incertezas e limitou os encontros, com um impacto muito significativo num programa assente no diálogo e em interacções entre instituições, sobretudo nos primeiros 2 anos da sua execução.

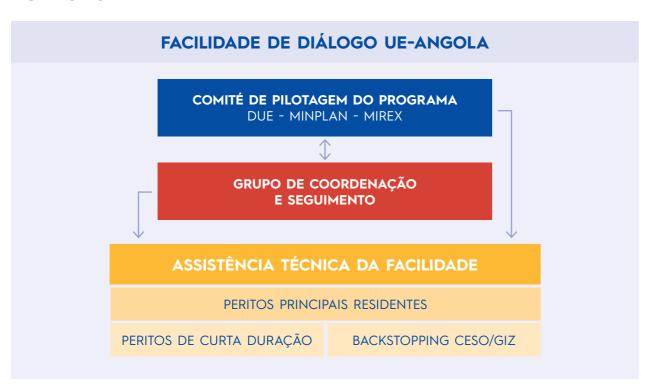
Devido à sua natureza, abrangência temática e à novidade da abordagem, o sucesso da Facilidade de Diálogo UE-Angola pressupõe um forte engajamento das instituições parceiras, o interesse na cooperação bilateral com organizações congéneres e a autonomia das organizações envolvidas para inscrever as Acções de Diálogo no planeamento interno das suas actividades.

Mais do que estimular o encontro e a troca de experiências entre as organizações, a Facilidade de Diálogo UE-Angola pretende criar parcerias úteis e estáveis, identificar passos futuros e, de forma autónoma e sustentável, alavancar novos projectos e realizações subsequentes às Acções de Diálogo originais.





ESTRUTURA



A Facilidade de Diálogo UE-Angola é governada pela União Europeia e pelo Governo de Angola, cumprindo o espírito de interdependência e o compromisso de partilha de interesses e responsabilidades estabelecidos pelo Caminho Conjunto. A Delegação da União Europeia em Angola, o Ministério do Planeamento e o Ministério das Relações Externas têm assento nos dois órgãos de governação do programa:

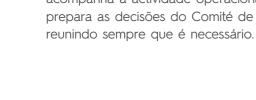
- no Comité de Pilotagem, que assegura a orientação estratégica do programa e toma decisões por consenso em reuniões semestrais, e
- no Grupo de Coordenação e Seguimento, que tem responsabilidades técnicas, acompanha a actividade operacional e prepara as decisões do Comité de Pilotagem, reunindo sempre que é necessário.

A **Assistência Técnica** é constituída por uma equipa de peritos residentes em Angola a tempo inteiro, que conta com o apoio logístico fornecido por um *backstopping* à distância. Sempre que necessário, a equipa mobiliza peritos de curta duração para apoiar a execução de Acções de Diálogo e outras iniciativas promovidas pela Assistência Técnica.

A Assistência Técnica da Facilidade de Diálogo UE-Angola é responsável pela implementação do programa e pelo cumprimento dos seus objectivos. Cabe à Assistência Técnica apoiar os órgãos de governação, executar as suas orientações e deliberações e promover a articulação e consulta frequente aos parceiros institucionais do programa.

A ASSISTÊNCIA TÉCNICA ASSUME A GESTÃO OPERACIONAL DE TODAS AS ACTIVIDADES, INCLUINDO:

- o lançamento e a gestão dos Convites à Apresentação de Propostas
- a dinamização das Acções de Diálogo top down
- o acompanhamento da execução de todas as Acções de Diálogo
- a gestão de fundos das Acções de Diálogo
- o desenho e implementação do plano de formação e capacitação
- a realização de sessões de capacitação e de apoio técnico junto dos parceiros
- a dinamização da estratégia de comunicação
- a organização dos eventos do programa
- a promoção da visibilidade mediática das actividades e das Acções de Diálogo





CICLO DAS ACÇÕES DE DIÁLOGO

ACÇÕES TOP DOWN

Dinamizadas pela **AT** por orientação do **Comité de Pilotagem**



ACÇÕES BOTTOM-UP

Dinamizadas por **instituições angolanas e europeias** candidatas a apoios



Todas as Acções de Diálogo são lideradas por **duas instituições proponentes, uma angolana e a outra europeia**, com o potencial de contribuir para o diálogo entre Angola e a União Europeia. Uma das instituições proponentes assume funções de proponente coordenador da Acção.

Estas organizações devem ter responsabilidades na definição, execução ou monitoria de políticas públicas pertinentes para os objectivos de desenvolvimento nacional de Angola, a programação de cooperação da UE em Angola e as áreas temáticas do *Caminho Conjunto*.



ANGOLA

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ANGOLA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL

GOVERNOS PROVINCIAIS

PODER LOCAL



UNIÃO EUROPEIA

AGÊNCIAS DA UE

INSTITUIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE UM ESTADO-MEMBRO DA UE

ORGANIZAÇÕES, DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS, DA UE

Para além dos proponentes, as Acções de Diálogo podem incluir diversos parceiros, públicos e privados, incluindo organizações da sociedade civil, centros de conhecimento, organizações empresariais e do trabalho, agências de desenvolvimento, ou outras instituições relevantes para o propósito da Acção.



O desenho das Acções de Diálogo assenta numa combinação variável de actividades elegíveis e de mobilização de recursos:













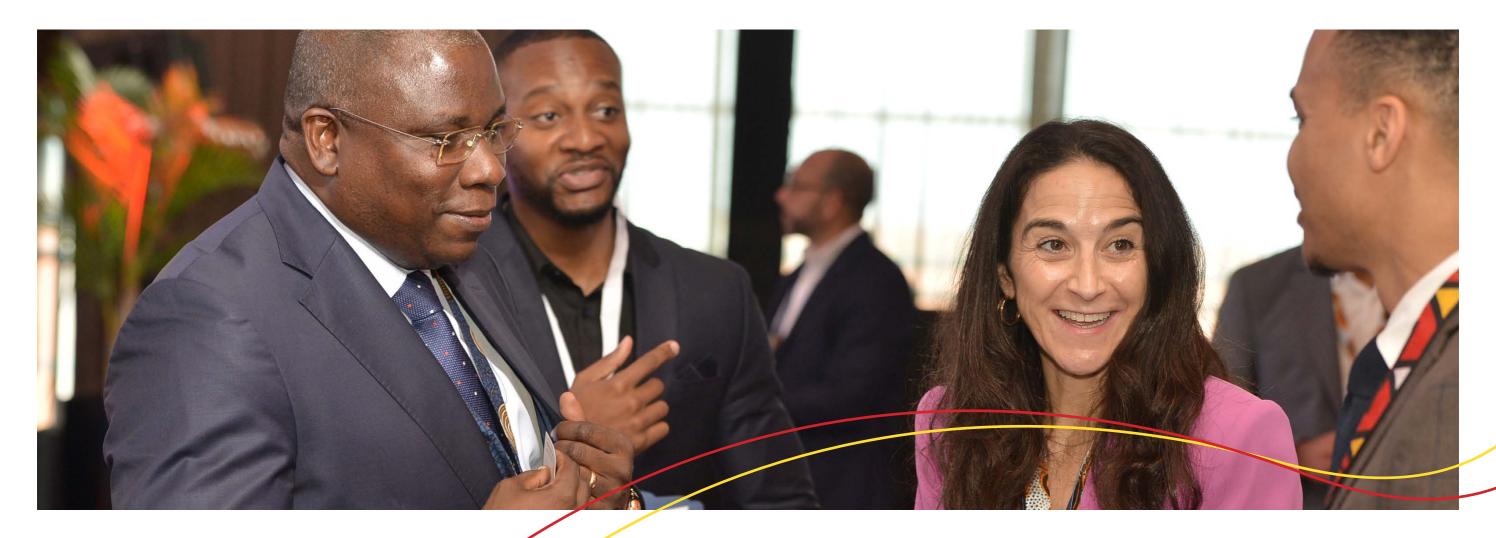
A Assistência Técnica lança **Convites à Apresentação de Propostas** circunscritos a temas pré-seleccionados ou abertos a todas as áreas temáticas do *Caminho Conjunto Angola-União Europeia*. As propostas são avaliadas por um Comité de Selecção nomeado pelas três instituições com assento no Comité de Pilotagem, órgão que toma a decisão final.

A avaliação assenta nos critérios em vigor em cada Convite à Apresentação de Propostas, tendo em conta, entre outros aspectos, o enquadramento da Acção de Diálogo proposta nos temas prioritários; o contributo potencial para o diálogo de políticas públicas entre Angola e a UE e para a sua visibilidade; a elegibilidade dos proponentes; a pertinência e inovação da abordagem e a sustentabilidade da parceria.

Durante esses Convites, a Assistência Técnica promove sessões de divulgação e dinamiza iniciativas de capacitação e de apoio técnico para potenciais instituições proponentes.

As **sessões de divulgação** permitem apresentar o programa e as suas oportunidades e suscitar a manifestação de interesse das instituições. Essas sessões visam também identificar os temas de eventuais Acções de Diálogo, listar os parceiros preferenciais para iniciar ou intensificar a cooperação no tema e definir o nível de intervenção e apoio da Assistência Técnica na candidatura.

As **iniciativas de capacitação** realizadas no âmbito dos Convites à Apresentação de Propostas destinam-se a dirigentes e técnicos de unidades internas das instituições interessadas e pretendem estimular mais e melhores propostas de Acções de Diálogo. As iniciativas combinam módulos teóricos e práticos sobre os elementos-chave da gestão de ciclo de projecto, os mecanismos e oportunidades de apoio da Facilidade de Diálogo UE-Angola e as responsabilidades das instituições beneficiárias. Para além disso, são realizados exercícios de construção da base das candidaturas e de avaliação conjunta da sua viabilidade.





2. DIÁLOGOS TEMÁTICOS UE-ANGOLA

O ciclo das Acções de Diálogo compreende 7 grandes fases: Identificação; Formulação; Candidatura; Preparação, Selecção; Implementação; Avaliação.

Embora os proponentes sejam os responsáveis pelas suas Acções de Diálogo, a Assistência Técnica apoia e acompanha todo o processo, incluindo a concepção inicial, a candidatura, a selecção, a formalização, a execução das actividades e o encerramento final da Acção. Para promover o sucesso das Acções de Diálogo e alivar o impacto nas estruturas organizacionais das instituições interessadas, a Assistência Técnica assegura ainda a gestão financeira das Acções e todos os procedimentos de contratação de fornecedores de serviços.



7 FASES

FORMULAÇÃO

PROPONENTES

elaboram a proposta de Acção de Diálogo formalizam o seu envolvimento

apoia a elaboração da proposta

PREPARAÇÃO

verifica o cumprimento dos requisitos elabora instrução e notas de apoio sobre candidaturas

remete dossiers de candidatura ao Comité de Selecção

IMPLEMENTAÇÃO

PROPONENTES

formalizam o Acordo de Implementação da Acção desenvolvem as actividades e produtos aprovados

realiza iniciativas de capacitação apoia e acompanha a execução da Acção de

IDENTIFICAÇÃO

PROPONENTES

identificam a ideia preliminar da Acção de Diálogo identificam parceiros preferenciais

AT

apoia a identificação realiza sessões de capacitação técnica

CANDIDATURA

PROPONENTES

3

submetem a candidatura electrónica entregam a documentação obrigatória

SELECÇÃO

COMITÉ DE SELECÇÃO

avalia e pontua as propostas de Acção de Diálogo

recomenda ajustes às propostas ou a aprovação

COMITÉ DE PILOTAGEM

delibera (valida ou reprova), tendo em conta a recomendação do Comité de Selecção

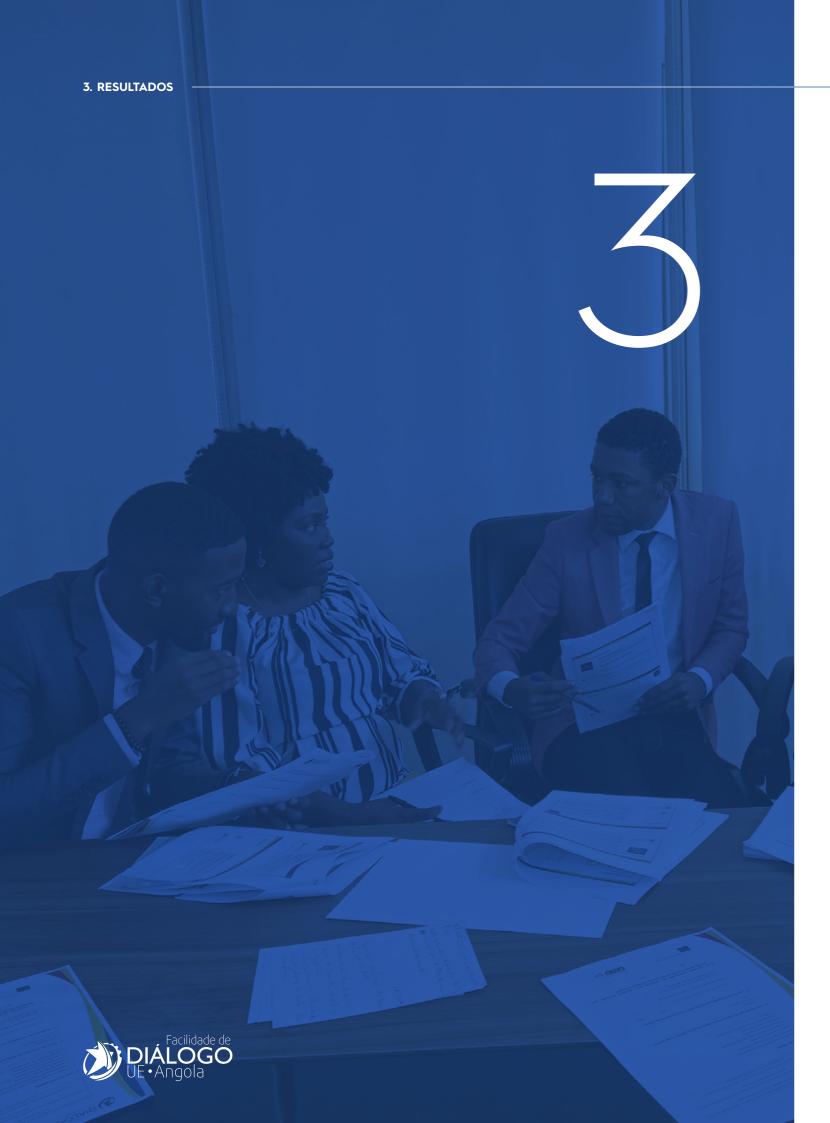
comunica os resultados

AVALIAÇÃO

PROPONENTES

elaboram o relatório final da Acção de Diálogo





RESULTADOS CAPACITAÇÃO

Um dos eixos centrais da Facilidade de Diálogo UE-Angola, a **Capacitação** corresponde a um resultado-chave do programa: 'Reforçar a capacidade institucional para executar diálogos temáticos'. A capacitação foi concebida desde o início como um elemento essencial para estimular a criação de propostas e a boa execução de Acções de Diálogo.

As Acções de Diálogo traduzem-se em projectos de dimensão variável, executados sob a responsabilidade das instituições beneficiárias, com recurso a uma abordagem simplificada e ao apoio da Assistência Técnica. O Plano de Formação e Capacitação da Facilidade de Diálogo UE-Angola definiu iniciativas de capacitação e de apoio técnico para responder aos procedimentos do programa, às características das instituições angolanas e à identificação preliminar de necessidades específicas feitas pelos líderes institucionais nas sessões de divulgação.

OBJECTIVOS E RESULTADOS



10 **→ 46**

INICIATIVAS DE

CAPACITAÇÃO

200 → **357**BENEFICIÁRIOS

BENEFICIÁRIOS CAPACITADOS

25% **30%**

BENEFICIÁRIOS CAPACITADOS DO GÉNERO FEMININO B

60% **→ 90%**

FORMANDOS QUE REPORTAM MELHORIA NO CONHECIMENTO

Objetivo inicial → **Resultado atingido**

3. RESULTADOS

Os ciclos de capacitação realizam-se em articulação com os períodos de candidatura e de execução das Acções de Diálogo: pretende-se disseminar conceitos e linguagem de projecto e consolidar experiências na implementação deste tipo de iniciativas nas instituições angolanas, potenciando o seu aproveitamento das oportunidades de apoio. O número crescente de candidaturas aos Convites à Apresentação de Propostas após a renovação da abordagem à capacitação confirmou a sua relevância no programa.

A Facilidade de Diálogo UE-Angola procurou responder a necessidades gerais de capacitação, disponibilizando formações às instituições angolanas interessadas, mesmo num estágio incipiente de desenho de candidaturas.

O requisito obrigatório nestas iniciativas foi o envolvimento de dirigentes e de técnicos. A medida visou assegurar a coerência institucional das propostas elaboradas, incrementar o impacto da capacitação, institucionalizar capacidades nas organizações e promover a sua autonomização em processos futuros.

No total, a Facilidade de Diálogo UE-Angola dinamizou 46 iniciativas de formação e capacitação, centradas na criação e gestão de Acções de Diálogo e no apoio técnico às instituições. As iniciativas dirigem-se a níveis intermédios de estruturas da administração pública central e provincial e **beneficiaram** mais de 350 funcionários públicos, 30% dos quais do género feminino. Regista-se ainda a satisfação dos beneficiários com a capacitação: 90% dos formandos assinala uma melhoria significativa nos seus conhecimentos.

As transformações mais significativas não são facilmente mensuráveis: a progressiva apropriação institucional de conceitos e de linguagem de gestão de projecto, a normalização da capacitação integrada das unidades organizacionais, incluindo dirigentes e técnicos; um reforço assinalável da autonomia dos parceiros no desenho das suas propostas de Acção de Diálogo. Regista-se ainda o aumento do interesse e do número de candidaturas aos apoios do programa.

MUDANÇAS



Apropriação institucional de conceitos e de linguagem organizacionais, incluindo de gestão de projecto



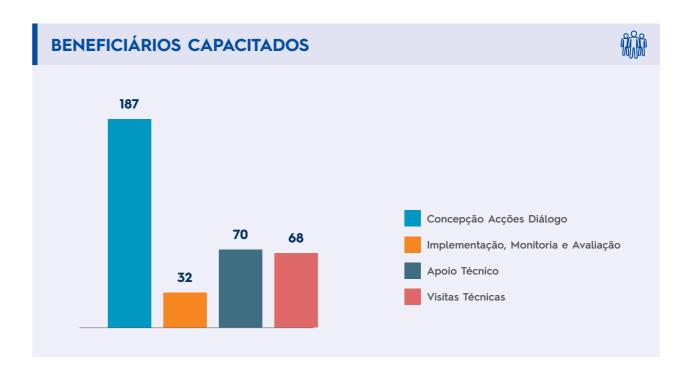
Capacitação integrada das unidades dirigentes e técnicos

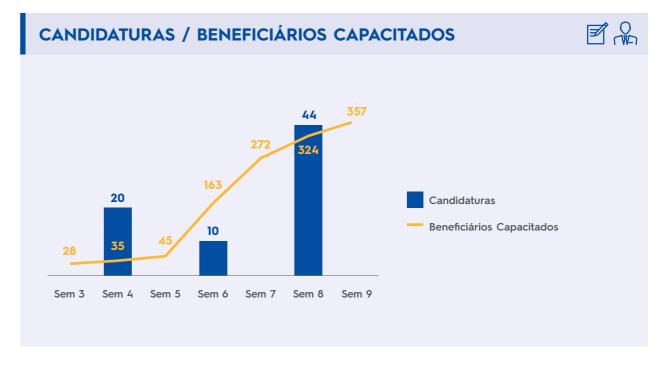


Aumento do interesse e do número de candidaturas aos apoios do programa



Reforço da autonomização dos parceiros no desenho das propostas







AS INICIATIVAS

As sessões de capacitação técnica incluem módulos teórico-práticos e exercícios para accionar aprendizagens. A sessão Concepção de Acções de Diálogo ocorre em simultâneo com a abertura de Convites à Apresentação de Propostas e visa apresentar as etapas do ciclo de projecto no âmbito dos diálogos temáticos e reforcar competências dos agentes públicos no desenho e submissão de candidaturas. A sessão concretiza um exercício prático: dirigentes e técnicos das mesmas unidades testam os conhecimentos e desenham a base de uma candidatura, que apresentam ao grupo.

A sessão Implementação, Monitoria e Avaliação ocorre após a atribuição de apoios pelo programa, visando reforçar as capacidades de gestão e monitoria dos pontos focais das instituições implementadoras de Acções de Diálogo e garantir uma execução eficiente. Elementos essenciais da sessão são as obrigações contratuais, o planeamento de actividades, o controlo orçamental e o relatório.

A Assistência Técnica dinamiza ainda iniciativas de **Apoio Técnico** (para apoiar a elaboração ou revisão de candidaturas) e realiza Visitas **Técnicas** (para fazer a verificação prévia de condições de execução de uma Acção de Diálogo ou acompanhar uma das suas actividades). A intervenção da Assistência Técnica é programada para servir de exemplo e potenciar a aprendizagem e a capacitação das instituições beneficiárias.

CAPACITAÇÃO TÉCNICA



CONCEPÇÃO DE ACÇÕES DE DIÁLOGO

Capacitação de técnicos e dirigentes para conceber candidaturas com linguagem de projecto

IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIA E AVALIAÇÃO

Capacitação de pontos focais de instituições beneficiárias em boas práticas e regras de execução das Acções

APOIO TÉCNICO



SESSÕES DE APOIO

Apoio da Assistência Técnica ao ponto focal para ajustar as candidaturas e satisfazer dúvidas

VISITAS TÉCNICAS

Visitas da Assistência Técnica para verificar condições ou acompanhar a execução de Acções de Diálogo

ACÇÕES DE DIÁLOGO

O principal resultado-chave do programa é a realização das Acções de Diálogo ('Melhorar os instrumentos de diálogos temáticos entre a UE e Angola').

As Acções de Diálogo concretizam e intensificam as relações e o diálogo entre instituições públicas angolanas e organizações congéneres da União Europeia e de Estados-Membro da UE, potenciam a criação e o reforço de parcerias institucionais duradouras e estruturam a troca de experiências e o desenvolvimento de políticas públicas alinhadas com boas práticas internacionais, nas áreas de interesse comum definidas pelo acordo Caminho Conjunto Angola-União Europeia.

OBJECTIVOS E RESULTADOS



12 **→ 15**

ACCÕES DE

DIÁLOGO

12 → **12**

ESTUDOS

DECLARAÇÕES

CONJUNTAS

SEMINÁRIOS DE

BOAS PRÁTICAS

600 **→ 3.741**

PARTICIPANTES NAS ACCÕES DE DIÁLOGO

60% → **72%** PARTICIPANTES QUE REPORTAM MELHORIA

NAS POLÍTICAS PÚBLICAS



100 **→ 381**

PARTICIPANTES NOS SEMINÁRIOS DE

BOAS PRÁTICAS

 $5 \rightarrow 13$

VISITAS DE ESTUDO

Objetivo inicial → Resultado atingido



3. RESULTADOS

O sucesso dos diálogos temáticos pressupõe o compromisso institucional com esta abordagem à cooperação entre Angola e a União Europeia e com uma maior intensidade de relacionamento estruturado entre as organizações parceiras numa Acção de Diálogo, incluindo a realização conjunta de iniciativas.

A pandemia da Covid-19 limitou a realização de actividades presenciais, afectando a operação e o lançamento das Acções de Diálogo nos primeiros anos do programa. Acrescem ainda os desafios resultantes da novidade da abordagem, dos requisitos de funcionamento do programa e das condições organizacionais das instituições envolvidas.

Foram lançados **3 Convites à Apresentação de Propostas**, amplamente divulgados no espaço mediático e junto das instituições públicas angolanas, directamente e através dos parceiros institucionais do Governo de Angola com assento no Comité de Pilotagem (MINPLAN e MIREX). Também se divulgou a abertura de candidaturas junto das organizações europeias através das representações diplomáticas dos Estados-Membro da União Europeia em Angola. Para activar Acções de Diálogo com sucesso, a Assistência Técnica dinamizou iniciativas de divulgação e ciclos de capacitação associados ao lançamento dos Convites à Apresentação de Propostas.

3 CONVITES À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1.º CAP

2021

Segurança Marítima, Economia Azul, Sustentabilidade Ambiental 2.º CAP

2022

Diversificação Económica 3.º CAP

2023

Todas as Áreas Temáticas do Caminho Conjunto Angola--União Europeia



Os primeiros dois Convites à Apresentação de Propostas circunscreveram-se a temas específicos aprovadas pelo Comité de Pilotagem: Segurança Marítima, Economia Azul/Economia do Mar e Sustentabilidade Ambiental, no 1.º Convite, que suscitou 20 notas conceptuais; Diversificação Económica, no 2.ª Convite, que mobilizou 10 notas conceptuais.

A Assistência Técnica simplificou o processo de candidatura e propôs a abertura do 3.º Convite a todas as áreas temáticas do *Caminho Conjunto Angola-União Europeia*, abrindo oportunidades às instituições elegíveis interessadas e com capacidade para dinamizar iniciativas relevantes para os diálogos temáticos. A campanha de divulgação e de capacitação associadas ao 3.º Convite resultou no crescimento acentuado do número de candidaturas viáveis e relevantes.

A Facilidade de Diálogo UE-Angola realizou 15 Acções de Diálogo, que mobilizaram as lideranças e as estruturas de importantes instituições públicas de Angola e de organizações de Estados-Membros da União Europeia. As Acções de Diálogo cobrem 6 áreas temáticas do Caminho Conjunto Angola-União Europeia e repartem-se entre iniciativas do Comité de Pilotagem, executadas pela Assistência Técnica (modalidade top down) e iniciativas resultantes de candidaturas aos Convites à Apresentação de Propostas, dinamizadas por instituições (modalidade bottom-up). Informação detalhada sobre cada uma das Acções de Diálogo pode ser encontrada nas fichas-síntese que constam do capítulo final desta publicação.

ÁREAS TEMÁTICAS DO CCAUE

As Acções de Diálogo realizadas cobrem quase todas as áreas temáticas prioritárias do Caminho Conjunto Angola-União Europeia, excepto duas: Sustentabilidade Ambiental e Alterações Climáticas e Sistema de Transportes.

Os contactos, as manifestações de interesse e as capacitações realizadas em instituições públicas angolanas permitem antever iniciativas em todas as áreas temáticas em futuros exercícios.



15 ACÇÕES DE DIÁLOGO



MODALIDADE TOP DOWN

- Nota Conceptual PEFA Public Expenditure and Financial Accountability (MINFIN-DUE)
- Apoio à Realização da Avaliação PEFA (MINFIN-DUE)
- Diagnóstico da Igualdade de Género em Angola (MASFAMU-DUE)
- Prémio Académico Diálogos UE--Angola (MESCTI-DUE)
- 2.º Fórum de Negócios Angola -União Europeia (MEP-DUE)
- Diagnóstico so Sector da Pesca Artesanal e de Pequena Escala em Angola (MINPERMAR-DUE)
- Estudo no domínio da Justiça e do Estado de Direito em Angola (MINJUSDH-DUE)



MODALIDADE BOTTOM-UP

- Capacitação Técnica no Domínio da Segurança Marítima (MGA-MP)
- Revisão da Avaliação das Espécies de Pequenos Pelágicos (INIPM-IMAR)
- Políticas e Práticas de Financiamento para uma Ciência e Tecnologia glocal, ética, inovadora e relevante (FUNDECIT-FCT)
- Troca de experiências para a monitorização do desenvolvimento do Capital Humano (UTG/PNFQ Presidência República-PlanAPP)
- Melhores práticas para a preparação e organização de missões empresariais (AIPEX-AICEP)
- Capacitação Técnica na Condução de Processos Sancionatórios por Práticas Restritivas da Concorrência (ARC-AdC)
- Troca de Experiências sobre
 Planeamento do Desenvolvimento
 Nacional e Avaliação de Políticas
 Públicas (MINPLAN-PlanAPP)
- Intercâmbio para análise do potencial de um Programa de Sistemas Solares Domésticos em Angola (MINEA-ALER)



O Acordo de Implementação da Acção formaliza o compromisso entre os proponentes, esclarece a divisão de tarefas e autoriza o apoio financeiro gerido pela Assistência Técnica. As instituições proponentes são co-responsabilizadas pela execução das suas Acções de Diálogo, com o apoio da Assistência Técnica. Para esse efeito, as instituições identificaram os pontos focais responsáveis pela operacionalização e comunicação das Acções de Diálogo, com os quais se acordam regras e métodos de organização e reporte. A abordagem criou oportunidades de aprendizagem da gestão de projectos junto de técnicos e dirigentes da administração pública e potenciou a sua apropriação das actividades e dos resultados obtidos.

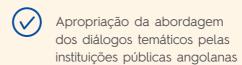


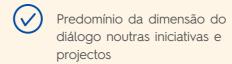


O programa registou **3.741 participantes**, um valor muito acima do inicialmente esperado. Isso resulta da mobilização das organizações envolvidas e do modelo de Acções de Diálogo estabilizado em função das características e necessidades das instituições públicas angolanas. Um número muito significativo de participantes nas Acções de Diálogo inquiridos **(72%) reporta uma melhoria nas políticas públicas conjuntas**.

As Acções de Diálogo dinamizaram **12 estudos**, para mapear os sectores de intervenção e reforçar o conhecimento mútuo entre os proponentes; dezenas de **workshops**, para potenciar a troca de experiências entre os parceiros; e **13 visitas de estudo**, com forte componente formativa, que complementaram estas iniciativas.

MUDANÇAS





Mobilização de instituições públicas relevantes nas candidaturas a apoios

Institucionalização dos diálogos temáticos, envolvendo lideranças e estruturas técnicas nas Acções de Diálogo

Co-responsabilização pela concepção, execução e comunicação sobre as Acções de Diálogo

Crescente autonomização e iniciativa das instituições angolanas

Reforço e sustentabilidade das relações entre instituições angolanas e organizações europeias O programa estimulou a dinamização de **8 seminários de boas práticas**, que envolveram **381 participantes**. Esses seminários permitiram o encontro entre os proponentes das Acções de Diálogo, os seus parceiros e outras partes interessadas, cultivando uma cultura de abertura, transparência e apresentação de resultados.

Os eventos serviram para difundir aprendizagens e conclusões, densificar o diálogo temático de políticas públicas e robustecer o impacto sectorial e a sustentabilidade das inciativas apoiadas.



6 DECLARAÇÕES CONJUNTAS E DE PARCERIA RECOMENDAÇÕES DO 2.º FÓRUM DE **NEGÓCIOS ANGOLA-UNIÃO EUROPEIA** DECLARAÇÃO **DE PARCERIA** DECLARAÇÃO DE PARCERIA ENTRE A ENTRE A UTG/ AIPEX E A AICEP **PNFQ E O PLANAPP** ACORDO DE DECLARAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARCERIA ENTRE ENTRE O O MINPLAN E O **FUNDECIT** PLANAPP E A FCT **DECLARAÇÃO** DE PARCERIA ENTRE O FUNDECIT. A FCT E O FNI (MOÇAMBIQUE)

As 6 declarações conjuntas e de parceria

são outro elemento essencial para maximizar o impacto e a sustentabilidade das Acções de Diálogo. Estas declarações não são meros memorandos de entendimento, são instrumentos para definir diálogos temáticos seguintes, com o apoio da Facilidade de Diálogo UE-Angola ou de outros mecanismos de financiamento.



As declarações identificam objectivos concretos e prioridades de trabalho conjunto de curto e médio prazo, descrevendo próximos passos e iniciativas de seguimento das Acções de Diálogo originais.

Estas declarações são assinadas pelas lideranças, vinculando as instituições a estes objectivos. Os momentos de assinatura criam ocasiões para consolidar as relações institucionais iniciadas e para reforçar a comunicação e a visibilidade do programa e das organizações envolvidas.



INSTITUIÇÕES ANGOLANAS NOS DIÁLOGOS TEMÁTICOS



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Gabinete de Quadros, UTG/PNFQ

AIPEX - Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL, ANTIGOS COMBATENTES E VETERANOS DA PÁTRIA

MGA - Marinha de Guerra Angolana

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

MINJUSDH- Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

MINFIN - Ministério das Finanças

ARC - Autoridade Reguladora da Concorrência

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO

DN Estudos Sócio-Económicos

DN Planeamento

MINISTÉRIO DAS PESCAS E RECURSOS MARINHOS

MINPERMAR - Ministério das Pescas e Recursos Marinhos

DN Pescas e Aquicultura

INIPM - Instituto Nacional de Investigação Pesqueira e Marinha

MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS

DN Energias Renováveis e Electrificação Rural

IRSEA - Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e Água

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

DN Ensino Superior

FUNDECIT - Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico

MINISTÉRIO DA ACÇÃO SOCIAL, FAMÍLIA E PROMOÇÃO DA MULHER

MASFAMU - Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E PLANEAMENTO (Extinto)

MEP - Ministério da Economia e Planeamento

OUTRAS ORGANIZAÇÕES ANGOLANAS

ASAER - Associação Angolana de Energias Renováveis

AIESPA - Associação das Instituições de Ensino Superior Privadas Angolanas

CRUANG- Conselho de Reitores das Universidades Angolanas

UAN - Universidade Agostinho Neto

UNINBE - Universidade do Namibe

INSTITUIÇÕES EUROPEIAS NOS DIÁLOGOS TEMÁTICOS



UNIÃO EUROPEIA

Delegação da União Europeia em Angola

ESTADOS-MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA

AD&C - Agência para o Desenvolvimento e Coesão

AfD - Agência Francesa de Desenvolvimento

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

ALER - Associação Lusófona de Energias Renováveis

AdC - Autoridade da Concorrência de Portugal

CCDR-C - Comissão de Coordenação para a Região Centro

FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P

IMAR - Instituto do Mar, IP

MP - Marinha Portuguesa

PlanAPP - Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública, Presidência do Conselho de Ministros de Portugal

Programa Pessoas 2030

OUTRAS INSTITUIÇÕES NOS DIÁLOGOS TEMÁTICOS

ADC - Autoridade de Concorrência (Cabo Verde)

Embaixada da Suíça em Angola

FDC - Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (Moçambique)

FNI - Fundo Nacional de Investigação (Moçambique)

GIZ (Moçambique)



COMUNICAÇÃO

O terceiro resultado-chave e pilar fundamental da Facilidade de Diálogo UE-Angola é a Comunicação ('Divulgar e compreender as actividades externas da UE e do Caminho Conjunto'), ponto de partida e de chegada de muitas das actividades do programa.

OBJECTIVOS E RESULTADOS



44

EVENTOS DE VISIBILIDADE



400 → **1.259**

PARTICIPANTES EM **EVENTOS DE VISIBILIDADE**



54 **→ 147**

NOTÍCIAS NOS MÉDIA **TRADICIONAIS**



 $10 \rightarrow 99$

PUBLICAÇÕES NO WEBSITE



(6) 250 → **3.578**

VISUALIZAÇÕES WEBSITE (MÉDIA SEMESTRAL)

Objetivo inicial -> Resultado atingido

MUDANÇAS



Apropriação e normalização do conceito de diálogos na área da cooperação em Angola



Conhecimento sobre a União Europeia, o Caminho Conjunto Angola-União Europeia

e outros elementos da sua política externa, comercial e de cooperação em Angola



Reconhecimento da Facilidade de Diálogo UE-Angola,

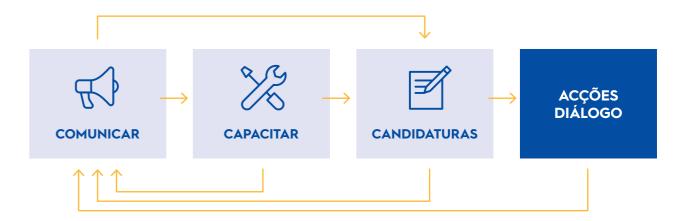
suas iniciativas e apoios pelas instituições angolanas



Crescente visibilidade mediática do programa



Mobilização do reconhecimento público em Angola, incluindo nas redes sociais



A divulgação da cooperação entre Angola e a União Europeia, com destaque para o acordo Caminho Conjunto Angola-União Europeia, é um objectivo subjacente à iniciativa. Outros objectivos centrais são a apropriação do paradigma da cooperação entre Angola e a União Europeia assente em diálogos em áreas de interesse comum; a identificação das instituições angolanas com o programa e a dinamização de uma relação estreita com os agentes públicos angolanos.

O contexto da pandemia e a restrição sobre actividades presenciais nos primeiros dois anos condicionou a sua visibilidade. Para maximizar o impacto da sua comunicação, o programa desenvolveu uma estratégia de comunicação, planificou iniciativas com metas de médio e longo prazo e, mais tarde, mobilizou uma perita para apoiar a equipa de Assistência Técnica.

A identidade visual da Facilidade de Diálogo UE-Angola conjuga cores e elementos gráficos das bandeiras de Angola e da União Europeia. Esta identidade é utilizada em todos os instrumentos de comunicação, reforçando a coesão dos produtos e o reconhecimento público e institucional.

A dinamização de sessões de divulgação junto de instituições angolanas é um elemento chave da estratégia. Essas sessões destinamse à chefia da instituição, mas podem ser abertas a mais participantes ou incluir várias organizações em simultâneo. As sessões estruturam a relação da Assistência Técnica com gabinetes ministeriais, governos provinciais e outras instituições públicas com autonomia para desenvolver, aplicar ou monitorizar políticas públicas nas áreas temáticas prioritárias do Caminho Conjunto Angola-União Europeia.



Nesses encontros, a Assistência Técnica apresenta o foco, os mecanismos e as oportunidades do programa. Os líderes institucionais identificam os temas prioritários de desenvolvimento e os sectores internos com carências de capacitação para desencadear a candidatura, bem como as organizações europeias congéneres preferenciais para criar ou reforçar uma parceria. A Assistência Técnica verifica a viabilidade da abordagem e cria as

soluções e apoios possíveis no quadro das regras do programa.

O incremento de sessões de divulgação das oportunidades de apoio do programa potenciou a mobilização das instituições angolanas para os ciclos de capacitação e de candidatura. A abordagem teve um sucesso assinalável, apoiando a realização de 44 candidaturas ao 3.º Convite à Apresentação de Propostas.



A abertura do período de capacitação, o lançamento dos Convites à Apresentação de Propostas e as cerimónias de assinatura de Acordos de Implementação das Acções de Diálogo aprovadas aprovadas são momentos importantes da comunicação, que intensificam os contactos institucionais e a visibilidade mediática da Facilidade de Diálogo UE-Angola.

Outras oportunidades de visibilidade do programa e da cooperação entre Angola e a União Europeia são a organização de actividades das Acções de Diálogo que envolvem instituições relevantes no contexto angolano e/ou de um Estado-Membro da União Europeia, bem como a **organização de eventos de grande dimensão**, como o 2.º Fórum de Negócios Angola-União Europeia.

O programa divulga as suas iniciativas e resultados junto da **imprensa**, produzindo notas de imprensa e factsheets de apoio. O cultivo da relação permitiu um impacto muito significativo, traduzindo-se em **147 notícias em órgãos de imprensa tradicional (jornais, TV e rádio)**, destacando-se várias reportagens na Televisão Pública de Angola, na RTP África, no Jornal de Angola e no semanário Expansão.





O website do programa (www.dialogosue-angola.org) é a âncora da estratégia de comunicação: agrupa informação geral sobre programa, as suas actividades e as Acções de Diálogo, com páginas dedicadas. A sistematização de informação reforça a compreensão do programa pelo público, apoia as instituições beneficiárias e os candidatos e estrutura a relação com a imprensa. O website mantém-se actualizado com notícias frequentes, publicadas em articulação com as redes sociais do programa. O volume de visitas no website excedeu largamente as metas originais.

O programa tem vindo a construir um importante **acervo fotográfico e audiovisual**. Esses registos são usados com abundância na comunicação do programa, com a preocupação de dar foco às instituições envolvidas e agência aos promotores das iniciativas.

As principais **redes sociais da Facilidade de Diálogo UE-Angola** (Facebook, Linkedin e
Twiter) promovem áreas de trabalho, as Acções
de Diálogo e os benefícios institucionais e
individuais. A campanha centrada em vídeossíntese das Acções de Diálogo e testemunhos
pessoais de participantes nas Acções reforçou a
expressão do impacto institucional e individual e
a identificação com as realizações.

Essa promoção incrementa a visibilidade geral da parceria entre Angola e a União Europeia e torna as Acções de Diálogo e as instituições envolvidas em embaixadoras do programa: estimulou a apropriação e a passagem da posição de beneficiários para agentes. Como tal, são exemplo para os membros de outras instituições elegíveis interessadas em dinamizar iniciativas similares no futuro.

ELEMENTOS-CHAVE







FORTE
IDENTIDADE VISUAL
DO PROGRAMA



SESSÕES DE DIVULGAÇÃO



WEBSITE ACTUALIZADO



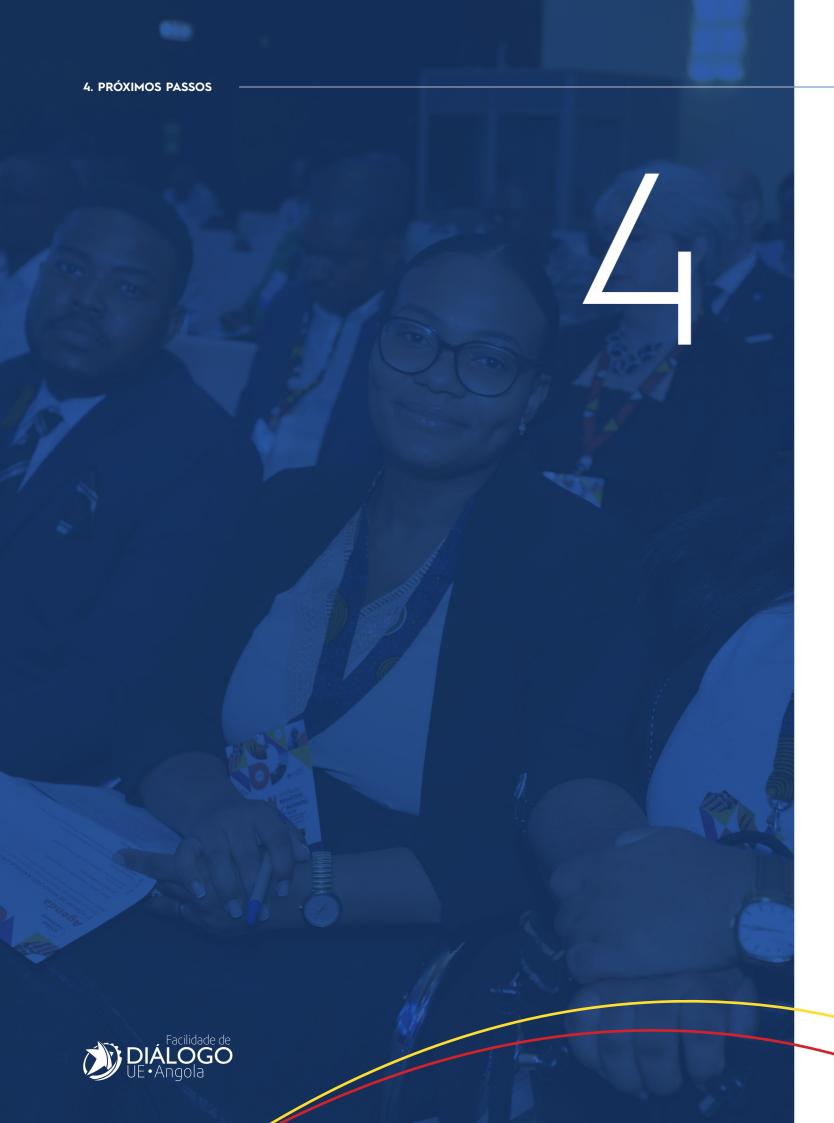
REDES SOCIAIS ARTICULADAS COM O WEBSITE



ENVOLVIMENTO DAS INSTITUIÇÕES BENEFICIÁRIAS NA COMUNICAÇÃO







PRÓXIMOS PASSOS

A primeira fase do programa gerou aprendizagens valiosas para parceiros e implementadores. O impacto duradouro e a sustentabilidade das Acções de Diálogo podem ser ampliados em fases futuras através do aprofundamento dos princípios da abordagem em curso.



DIVERSIFICAR

Diversificar e incluir

- Viabilizar o diálogo entre a UE e Angola em âmbitos diversos
- Organizar Convites à Apresentação de Propostas abertos e flexíveis
- Promover diálogos temáticos com instituições de mais Estados-Membros da UE
- Apoiar Acções de Diálogo com abordagens e temas variados
- Ajustar ferramentas e métodos a diferentes instituições



CAPACITAR

Capacitar e desenvolver

- Investir na capacitação das instituições da administração pública angolana
- Promover a iniciativa e a liderança dos agentes públicos nas Acções de Diálogo
- Capacitar núcleos coerentes de técnicos e dirigentes das organizações
- Monitorizar a efectiva aprendizagem e alteração de processos



Institucionalizar e mobilizar

- Comprometer as instituições e as suas lideranças com os diálogos temáticos
- Identificar os passos subsequentes às parcerias criadas nas Acções de Diálogo
- Formalizar processos, redigir procedimentos, consolidar práticas



Territorializar e ampliar

- Promover a abrangência nacional das actividades do programa
- Envolver os governos provinciais e o poder local em Acções de Diálogo
- Acautelar necessidades geradas nos processos de descentralização
- Estabelecer diálogos e parcerias eficazes e pertinentes às realidades locais



Co-responsabilizar e apropriar

- Responsabilizar os actores institucionais na identificação, elaboração e execução das Acções de Diálogo
- Promover a definição de pontos focais e coordenadores
- Apoiar a condução e a execução das Acções de Diálogo pelas instituições
- Reforçar a agência e a iniciativa dos actores institucionais



Identificar e sustentar

- Obter o engajamento das lideranças institucionais
- Redigir declarações de parceria com objectivos concretos
- · Identificar recomendações e orientações para a fase seguinte do diálogo temático
- Incentivar o desenho autónomo de outras iniciativas entre as instituições participantes nas Acções de Diálogo



IMPACTAR

Impactar e transformar

- Promover Acções de Diálogo com impacto sectorial
- Promover a apropriação sectorial das recomendações
- Envolver actores não-estatais relevantes nas actividades
- Disseminar resultados das Acções de Diálogo junto de actores não-estatais e sector privado em seminários de boas práticas



COMUNICAR

Comunicar e valorizar

- Promover a agência e a visibilidade das instituições participantes
- Divulgar as actividades e as realizações dos diálogos temáticos no programa e nos meios próprios das instituições
- Estimular uma cultura de reconhecimento e incentivo
- Incentivar a participação de mais instituições através do exemplo





ÁREAS TEMÁTICAS







PAZ E SEGURANÇA

ACÇÃO DE DIÁLOGO

CAPACITAÇÃO TÉCNICA NO DOMÍNIO DA SEGURANÇA MARÍTIMA

PROPONENTES



MGA - Marinha de Guerra Angolana



MP - Marinha Portuguesa

PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO

Fev/2023 a Ago/2023

ABORDAGEM

Bottom-up



OBJECTIVOS

Através da cooperação entre a Marinha de Guerra Angolana e a Marinha Portuguesa, a Acção visou:

- Melhorar a capacidade operacional da Marinha de Guerra Angolana no patrulhamento e na fiscalização do tráfego marítimo
- Reforçar a cooperação técnico-militar, na área marítima, entre Angola e a União Europeia



ACTIVIDADES

- Missão Técnica de 2 dirigentes da Marinha Portuguesa a Angola com visitas à Escola de Fuzileiros Navais (Ambriz) e ao Centro de Operações Marítimas da Marinha de Guerra Angolana: levantamento de necessidades de formação e definição do programa de capacitação de militares angolanos
- Capacitação de militares da MGA na Escola de Fuzileiros e no Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval da Marinha Portuguesa (Alfeite): sessões de formação teórica e prática em patrulhamento e fiscalização e sessões práticas de socorrismo ao longo de seis semanas
- Exercícios práticos no mar (Sesimbra, Portugal), com demonstração das aprendizagens adquiridas nas sessões em terra, designadamente em operações de patrulhamento e fiscalização do tráfego marítimo
- Cerimónia de entrega de diplomas aos formandos da Marinha de Guerra Angolana, com a presença do Chefe de Estado--Maior da Armada de Portugal e de um representante da Marinha de Guerra Angolana
- Debriefing na Delegação da União Europeia em Angola, com a participação da Marinha de Guerra Angolana e da Marinha Portuguesa

INDICADORES-CHAVE

18





MILITARES CAPACITADOS FORMANDOS PROFICIENTES

RESULTADOS

- Reforço da segurança marítima e da governação das actividades económicas no mar em Angola
- Reforço da cooperação entre as Marinhas de Portugal e de Angola, através da partilha de experiências e conhecimentos técnicos cruciais
- Reforço da capacidade técnica e operacional da MGA em técnicas de abordagem, salvamento, fiscalização e combate à pirataria e pesca ilegal no Golfo da Guiné
- Formadores da MGA capacitados para disseminar aprendizagens



RECOMENDAÇÕES

- Consolidar as relações institucionais entre a Marinha de Guerra Angolana e a Marinha Portuguesa
- Dinamizar iniciativas de cooperação para incrementar as competências e conhecimentos no domínio da segurança marítima
- Reforçar a segurança e a autoridade marítima no Golfo da Guiné



TESTEMUNHOS



PAULO LELA PANZO Tenente de Fragata da Marinha de Guerra Angolana

A formação foi profícua no aumento do conhecimento sobre a fiscalização marítima e abordagem, permitindo consolidar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo da minha formação.

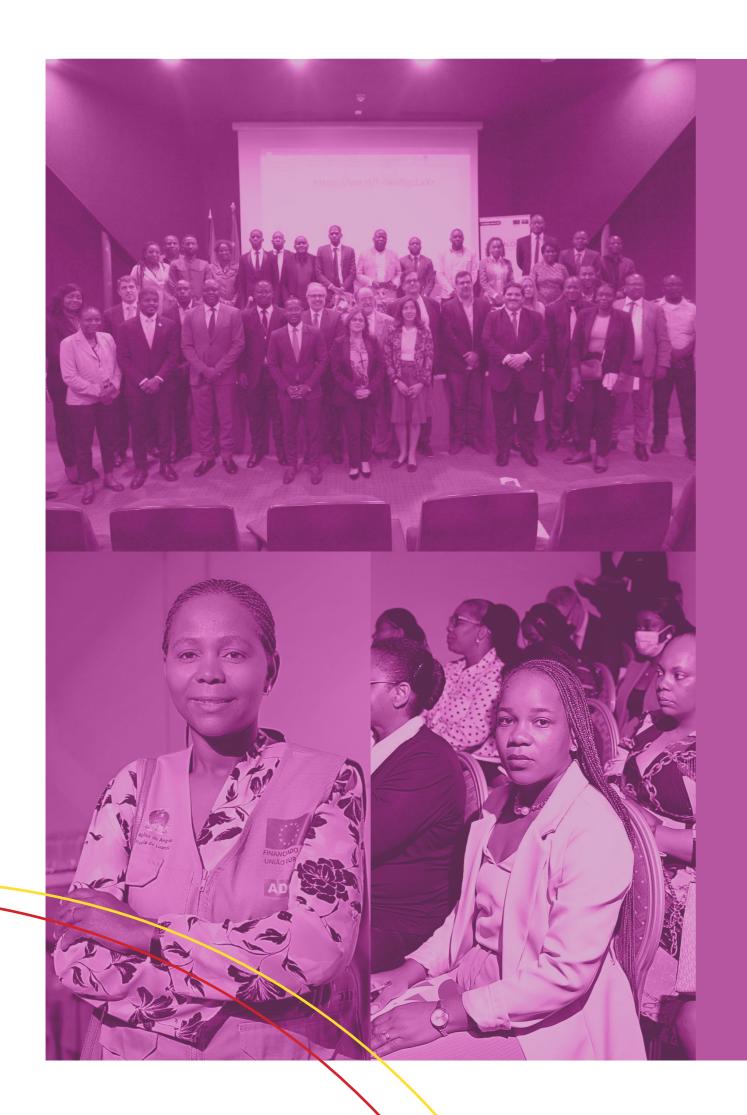


1º Tenente AZENHA FERNANDES Formador do módulo de Fiscalização Marítima do Centro Integrado de Táctica e Análise Naval (CITAN)

A formação e treino intensivo no planeamento e execução de acções de fiscalização dotou os formandos com competências específicas para a operação segura e eficiente de acções de fiscalização e a capacidade de replicar e dar continuidade à formação.









BOA GOVERNAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

ACÇÃO DE DIÁLOGO

APOIO À ELABORAÇÃO DA NOTA CONCEPTUAL PUBLIC EXPENDITURE AND FINANCIAL ACCOUNTABILITY EM ANGOLA (PEFA I)

PROPONENTES



MINFIN - Ministério das Finanças



DUE - Delegação da União Europeia em Angola

PARCEIROS

Agência Francesa de Desenvolvimento; Embaixada da Suíça em Angola;

PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO Fev/2021 a Abr/2021

ABORDAGEM

Top-Down



OBJECTIVOS

O principal objectivo desta Acção é apoiar a implementação do Quadro de Avaliação da Gestão das Finanças Públicas em Angola, através do levantamento dos procedimentos adoptados na área das finanças públicas do Estado em Angola

ACTIVIDADES

A realização desta Acção concretizou-se através das seguintes actividades principais:

- Elaboração de Nota Conceptual para a avaliação da gestão das finanças públicas em Angola
- Revisão da literatura e bibliografia, nacional e internacional
- Missão técnica de 1 perita em Angola, para auscultar actores-chave do sector
- Apoio à coordenação da revisão por pares da Nota Conceptual
- Organização de um workshop para apoiar a elaboração da Nota Conceptual

INDICADORES-CHAVE







PARTICIPANTES

NOTA CONCEPTUAL

RESULTADOS

A Acção resultou na elaboração de uma Nota Conceptual orientadora do processo de avaliação do desempenho da gestão de finanças públicas (metodologia PEFA) em Angola **RECOMENDAÇÕES**

N/A





ACÇÃO DE DIÁLOGO

APOIO À REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO PUBLIC EXPENDITURE AND FINANCIAL ACCOUNTABILITY EM ANGOLA (PEFA II)

PROPONENTES



MINFIN - Ministério das Finanças



DUE - Delegação da União Europeia em Angola

PARCEIROS

Agência Francesa de Desenvolvimento; Embaixada da Suíça em Angola;

PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO Jan/2022 a Out/2022

ABORDAGEM

Top-Down



OBJECTIVOS

O principal objectivo desta Acção é apoiar a implementação do Quadro de Avaliação da Gestão das Finanças Públicas em Angola (PEFA), através de uma revisão dos procedimentos adoptados na área das finanças públicas do Estado em Angola

ACTIVIDADES

De forma a concretizar os objectivos da Acção, foram desenvolvidas as seguintes actividades:

- Elaboração do Relatório de Performance -PEFA Angola 2021
- Revisão da literatura e bibliografia, nacional e internacional
- Missão técnica de 1 perita em Angola

A missão desenvolveu-se em três fases distintas, para auscultar actores-chave do sector e verificar os procedimentos.

- 1. Apresentação e validação de resultados
- 2. Submissão do relatório
- Aprovação do relatório pelo PEFA Secretariat

INDICADORES-CHAVE







PARTICIPANTES

ESTUDO

RESULTADOS

O Relatório de Performance PEFA Angola 2021 foi aprovado pelo PEFA Secretariat, com uma análise dos procedimentos e do desempenho da Gestão das Finanças Públicas em Angola (2021).

A análise permitiu obter uma visão aprofundada do estado da gestão das finanças públicas e identificar áreas que podem ser reforçadas para uma melhoria do sector.

Esta avaliação internacional reforça a credibilidade das contas públicas angolanas e foi a pedra angular para a atribuição do primeiro apoio orçamental da UE ao Governo de Angola.

O relatório aguarda aprovação dos órgãos do governo angolano para ser disponibilizado publicamente, nos termos da metodologia PEFA.

RECOMENDAÇÕES

Após a conclusão da avaliação PEFA em Angola, é recomendado que se assegure o envolvimento e a apropriação das recomendações de cada pilar do PEFA pelos responsáveis de cada instituição, assegurando o seu efectivo cumprimento.





ACCÃO DE DIÁLOGO

DIAGNÓSTICO DA IGUALDADE DE GÉNERO EM ANGOLA

PROPONENTES



MASFAMU - Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher



DUE - Delegação da União Europeia em Angola

PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO Set/2021 a Dez/2022

ABORDAGEM

Top-down



OBJECTIVOS

- · Analisar a situação de Igualdade de Género nos domínios de intervenção prioritária, através da actualização dos principais indicadores da Igualdade de Género em Angola
- Apoiar a integração da perspectiva de género nos programas e projectos de desenvolvimento em Angola
- Contribuir para mitigar os obstáculos e desafios que limitam a igualdade entre mulheres e homens

ACTIVIDADES

A Acção centrou-se na análise crítica de informação estatística documental e dos contributos de actores-chave:

- Levantamento e análise de dados estatísticos relevantes e leitura crítica da literatura e bibliografia, nacional e internacional
- Missões técnicas de duas peritas a Angola, realizadas em 3 províncias do país (Luanda, Huíla e Malanje) para auscultar actores-chave (poder central, autoridades tradicionais, organizações da sociedade civil e grupos de mulheres)
- Seminário para validação dos resultados preliminares, com representantes do governo, instituições nacionais e organizações da sociedade civil
- Sessão de apresentação pública (Luanda) e disseminação do diagnóstico aos parceiros-chave (governo central e governos provinciais, Estados-Membros da UE, parceiros de desenvolvimento e organizações da sociedade civil)



INDICADORES-CHAVE





PARTICIPANTES

ESTUDO

RESULTADOS

A Acção permitiu produzir e disseminar um estudo sobre a situação actual da Igualdade de Género em Angola, apresentando recomendações concretas para ultrapassar as barreiras de género que limitam progressos essenciais ao desenvolvimento socio-económico e à promoção de uma sociedade mais justa e equitativa.



RECOMENDAÇÕES

Considerando os desafios e obstáculos identificados, o estudo produziu três tipos de recomendações principais:

- · Apoio à implementação de instrumentos nacionais que promovam a Igualdade de Género em Angola
- · Apoio aos órgãos governamentais na promoção da Igualdade de Género
- Recomendações específicas nas áreas prioritárias
 - Violência baseada no género
 - Saúde e direitos sexuais e reprodutivos
 - Empoderamento económico e social
- Participação e liderança
- Transição verde e transformação digital





ACÇÃO DE DIÁLOGO

ESTUDO NO DOMÍNIO DA JUSTIÇA E DO ESTADO DE DIREITO EM ANGOLA

PROPONENTES



MINJUSDH - Ministério da Justiça e Direitos Humanos



DUE - Delegação da União Europeia em Angola

PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO Fev/2023 a Dez/2023

ABORDAGEM *Top-down*



OBJECTIVOS

- Contribuir para a eficácia do diálogo e da cooperação entre a União Europeia e Angola numa das áreas prioritárias do acordo Caminho Conjunto Angola-União Europeia, a Boa Governação e os Direitos Humanos
- Apoiar a identificação de áreas prioritárias de intervenção no âmbito das políticas públicas e prioridades nacionais no domínio da Justiça e do Estado de Direito em Angola

ACTIVIDADES

A elaboração da análise sectorial baseou-se em duas actividades principais:

- Leitura crítica da literatura e bibliografia, nacional e internacional
- Missão técnica de 2 peritos a Angola, para entrevistar actores-chave do sector



INDICADORES-CHAVE





PARTICIPANTES

ESTUDO

RESULTADOS

A Acção permitiu a elaboração de um estudo de revisão de áreas específicas do sector da Justiça e Estado de Direito e a identificação de prioridades para intervenção futura

RECOMENDAÇÕES

Face aos progressos e desafios identificados nas áreas analisadas, recomenda-se o reforço da cooperação e parcerias em domínios específicos das seguintes áreas da justiça e do Estado do Direito:

- · Reforma Judicial
- Combate ao branqueamento de capitais, corrupção e crime organizado
- · Registo dos nascimentos e Registo Civil
- Serviços Penitenciários





ACÇÃO DE DIÁLOGO

TROCA DE EXPERIÊNCIAS SOBRE PLANEAMENTO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

PROPONENTES



MINPLAN - Ministério do Planeamento de Angola



PlanAPP - Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública, Presidência do Conselho de Ministros de Portugal

PARCEIROS

Agência para o Desenvolvimento e Coesão; Comissão de Coordenação para a Região Centro; Programa Pessoas 2030

PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO
Jul/2023 a Fev/2024

ABORDAGEMBottom-up



OBJECTIVOS

- Contribuir para a eficácia do diálogo e da cooperação entre a UE e Angola na área da boa governação
- Reforçar as competências de dirigentes e técnicos em metódos de planeamento e avaliação de políticas públicas
- Promover a adopção de boas práticas nos processos e procedimentos do MINPLAN
- Incrementar a cooperação do MINPLAN com instituições congéneres

ACTIVIDADES

- Elaboração do estudo *Métodos* e *Desafios* no *Planeamento Estratégico* em *Angola*, incluindo análise de práticas do MINPLAN e recomendações de intervenção
- Seminário de boas práticas (Luanda): estratégias de planeamento do desenvolvimento nacional e avaliação de políticas públicas com o MINPLAN e Gabinetes de Estudos, Planeamento e Estatística sectoriais e provinciais
- Visita de estudo do MINPLAN (Lisboa)
 - Capacitação de técnicos e dirigentes do MINPLAN
 - · Validação dos produtos
 - Assinatura da declaração de parceria.



INDICADORES-CHAVE









PARTICIPANTES

ESTUDO

DECLARAÇÃO DE PARCERIA

RESULTADOS

- Diagnóstico dos principais desafios no desenho, estratégia e avaliação do planeamento do desenvolvimento nacional
- Mapeamento de boas práticas de acompanhamento de quadros macroeconómicos e opções do plano
- · Chefias e técnicos do MINPLAN capacitados
- Áreas de intervenção futura identificadas
- Estabelecimento de uma parceira entre o MINPLAN e o PlanApp



RECOMENDAÇÕES

- Prossecução da parceria entre as duas instituições e dinamização de trocas regulares de experiências
- Capacitação técnica em planeamento, monitoria, avaliação de políticas públicas e prospectiva do MINPLAN
- Capacitação técnica em ferramentas e metodologias de simulação de impactos, designadamente com recurso a matrizes input-output, modelos de simulação micro-econométricas (base EUROMOD) e outras desenvolvidas no quadro de organizações internacionais
- Integração dos instrumentos, métodos e processos de planeamento provincial nos sistemas de planeamento nacional para coordenar as intervenções de natureza sectorial nas províncias

TESTEMUNHOS



ANDRE FERREIRA
Técnico Superior da Equipa Multidisciplinar
de Gestão, Projectos e Relações
Internacionais do PlanAPP

Para o PlanAPP, esta troca de experiências com o MINPLAN nos domínios do planeamento, avaliação, monitorização e prospectiva de políticas públicas foi uma oportunidade proveitosa para aprender com uma realidade diferente da sua.



EDNA FRANCISCO Técnica do Departamento para o Planeamento Sectorial do MINPLAN

A visita de trabalho à PlanAPP foi bastante proveitosa, pois permitiu a troca de experiências sobre a função de planeamento, especialmente a questão de monitoria e avaliação das políticas públicas. Ao defini-las, é importante concebê-las com a avaliação em mente e enfoque para avaliações tematizadas.









CRESCIMENTO ECONÓMICO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ACÇÃO DE DIÁLOGO

REVISÃO DA AVALIAÇÃO DAS ESPÉCIES DE PEQUENOS PELÁGICOS

INDICADORES-CHAVE







TÉCNICOS

CAPACITADOS



RELATÓRIOS TÉCNICOS

PROPONENTES



INIPM - Instituto Nacional de Investigação Pesqueira e Marinha



IMAR - Instituto do Mar, IP

PARCEIROS

Direcção Nacional de Pescas e Aquicultura; Universidade Agostinho Neto; Universidade do Namibe

PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO Nov/22 a Jan/2024

ABORDAGEM

Bottom-up



OBJECTIVOS

- Contribuir para reduzir o grau de incerteza na avaliação das espécies de pequenos pelágicos na Zona Económica Exclusiva de Angola
- Reforçar a capacidade dos técnicos do INIPM no cálculo dos stocks pesqueiros das espécies de pequenos pelágicos
- Promover estratégias de gestão do equilíbrio sócio-económico sustentável nas comunidades piscatórias dependentes da pesca

ACTIVIDADES

A Acção estruturou o intercâmbio entre técnicos e investigadores no sector da pesca:

- Workshop (Luanda) para rever fontes de dados, métodos e modelos de avaliação de stocks de espécies de pequenos pelágicos
- Visita de estudo e capacitação de técnicos angolanos (Açores) com aprendizagem teórico-prática em sala, avaliação de parâmetros e características biológicas incorporadas nos modelos
- Workshop de 2 semanas (Luanda) para abordar revisão de bases de dados, ajustes de parâmetros de crescimento e aplicação de modelos de avaliação de stocks numa plataforma electrónica
- Debriefing na Delegação da União Europeia em Angola, para apresentar o balanço da Acção e recomendações de intervenção futura



RESULTADOS

PARTICIPANTES

- 16 Técnicos capacitados em Linguagem R
- Cálculos de stocks pesqueiros das espécies de pequenos pelágicos revistos
- Conhecimento sobre ferramentas tecnológicas de gestão de stocks pesqueiros disseminado

Os três relatórios técnicos serão compilados para produzir um estudo integrado.



RECOMENDAÇÕES

Foram identificadas recomendações para o desenvolvimento sustentável do sector no futuro:

- Estabelecer acordos para a troca eficiente de informações entre parceiros, administração pública e UE
- Capacitar previamente os técnicos acerca das bases teóricas que fundamentam a avaliação de stocks
- Adquirir equipamentos informáticos para desenvolvimento da formação/análises e gestão dos recursos pesqueiros
- Elaborar um Plano de Amostragem da pesca artesanal, com participação activa das comunidades piscatórias
- Realizar a revisão da avaliação das espécies demersais

TESTEMUNHOS



FÁTIMA DELICADO Técnica do Instituto Nacional de Investigação Pesqueira e Marinha - INIPM

A cooperação entre a UE, o INIPM e a Universidade dos Açores foi crucial para capacitar técnicos na utilização do Programa R, uma componente vital na avaliação dos recursos marinhos pelo INIPM, visando a conservação e sustentabilidade dos mananciais pesqueiros para as futuras gerações.



RÉGIS SOUZA SANTOS Investigador do Instituto do Mar (Universidade das Açores)

Esta Acção enriqueceu a minha expertise, permitindo-me compreender e enfrentar os desafios da pescaria de pequenos peixes pelágicos em Angola. Contribuí com soluções metodológicas e estatísticas que aprimoram a gestão pesqueira e promovem a sustentabilidade.



2° FÓRUM DE NEGÓCIOS ANGOLA-UNIÃO EUROPEIA

INDICADORES-CHAVE







EMPRESAS









PAÍSES

ACORDO entre Angola e a UE

PROPONENTES



MEP - Ministério da Economia e Planeamento



DUE - Delegação da União Europeia em Angola

PARCEIRO

AIPEX

PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO

Fev/2023 a Nov/2023

ABORDAGEM

Top-down



OBJECTIVOS

- Contribuir para o aprofundamento da eficácia do diálogo entre Angola e a União Europeia
- Reforçar a cooperação entre Angola e a UE na promoção da diversificação económica e da criação de um ambiente de negócios mais atractivo para o investimento do sector privado europeu
- Divulgar as iniciativas e incentivar as reformas nas cadeias de valor da agricultura, das pescas, da logística e transportes, da energia, da digitalização e das matérias--primas estratégicas

ACTIVIDADES

A organização do evento passou pelas seguintes actividades:

- · Elaboração da agenda, listas de convidados, gestão de registos
- Preparação de materiais de apoio às sessões
- Desenvolvimento do website e da plataforma de transmissão streaming
- Promoção do evento e da sua cobertura mediática
- Produção de vídeo promocional, vídeo de balanço e do registo videográfico das sessões do Fórum
- Organização logística do evento presencial e online
- Realização de reuniões B2G e encontros B2B
- Concretização de entrevistas aos convidados
- Organização da cerimónia de assinatura do Acordo de Facilitação de Investimento Sustentável



RESULTADOS

PARTICIPANTES

O principal resultado associado à organização deste Fórum foi a assinatura do Acordo de Facilitação de Investimento Sustentável UE-Angola, o primeiro acordo deste género assinado entre a Comissão Europeia e um país, que promove investimentos a longo prazo e representa o compromisso mútuo no reforço das relações económicas entre as duas regiões.

Foi elaborada uma Lista de Recomendações para as cadeias de valor da agricultura, das pescas, da logística e transportes, da energia, da digitalização e das matérias-primas estratégicas.



RECOMENDAÇÕES

Recomendação transversal de investimento na formação dos recursos humanos nos diversos sectores-chave, para desenvolver a economia do país e aumentar a sua competitividade.

Recomendações específicas para as cadeias de valor da agricultura, das pescas, da logística e transportes, da energia, da digitalização e das matérias-primas estratégicas.







DIAGNÓSTICO DO SECTOR DA PESCA ARTESANAL E DE PEQUENA ESCALA **EM ANGOLA**



INDICADORES-CHAVE



ESTUDO



LISTA DE **RECOMENDAÇÕES**

PROPONENTES



MINPERMAR - Ministério da Pesca e dos Recursos Marinhos



DUE - Delegação da União Europeia em Angola

PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO Fev/2023 a Dez/2023

ABORDAGEM



Top-down

OBJECTIVOS

Com foco na protecção e desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos, a Acção visou:

- · Mapear o sector da pesca artesanal e de pequena escala em Angola e os desafios ao seu desenvolvimento
- · Fortalecer o diálogo entre a União Europeia e Angola sobre Economia Azul através da formulação de recomendações e propostas de acção para a melhoria das políticas públicas no sector das pescas em Angola

ACTIVIDADES

O Diagnóstico foi elaborado através de três actividades principais:

- · Leitura crítica da literatura e bibliografia nacional e internacional do sector
- Missão técnica de dois peritos a Angola, para entrevistar actores-chave do sector (governo central, especialistas, entidades e organizações do sector da pesca em
- Seminário de partes interessadas, para apresentar e validar os resultados preliminares do diagnóstico



RESULTADOS

PARTICIPANTES

A Acção permitiu elaborar um diagnóstico que reforça o conhecimento sobre a pesca artesanal e de pequena escala em Angola e disponibiliza um conjunto de recomendações e propostas de intervenção concretas, cuja implementação contribui para a melhoria da qualidade e eficácia das políticas públicas neste sector



RECOMENDAÇÕES

O Diagnóstico fornece uma recomendação geral focada na necessidade de um levantamento aprofundado de âmbito nacional sobre a pesca artesanal e em pequena escala, o que permitirá definir objectivos de desenvolvimento sustentáveis e planos de gestão eficazes.

São também apresentadas recomendações específicas e acções prioritárias em três

- · fortalecimento da capacidade nacional de gestão sustentável dos recursos
- reforco da cadeia de valor da pesca sustentável, para promover o crescimento e sustentabilidade dos fornecedores e processadores, beneficiando as comunidades costeiras
- promoção da conformidade dos produtos pesqueiros com as normas de qualidade e segurança na pesca.



MELHORES PRÁTICAS PARA A PREPARAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE MISSÕES EMPRESARIAIS

PROPONENTES



AIPEX - Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola



AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO Mar/2024 a Jun/2024

ABORDAGEM

Bottom-up



OBJECTIVOS

- Contribuir para o desenvolvimento do diálogo entre a UE e Angola na área do crescimento económico e desenvolvimento sustentável
- Identificar e partilhar as boas práticas internacionais na organização de missões empresariais e fóruns de negócios
- Reforçar as competências da AIPEX no planeamento, na organização e no acompanhamento de missões empresariais e fóruns de negócios
- Incrementar a relação e a cooperação entre a AIPEX e a AICEP

ACTIVIDADES

- Workshop em Luanda e reunião entre proponentes
- Capacitação online de técnicos e dirigentes da AIPEX em planeamento, organização e acompanhamento de missões empresariais
- Elaboração do Estudo sobre práticas na AIPEX e AICEP
 - · Revisão da literatura e bibliografia
 - Levantamento de práticas, desafios e documentação relevante na área (em Portugal e em Angola)
 - · Entrevistas a partes interessadas
 - · Missão técnica de 1 perito em Luanda
 - Elaboração da lista de recomendações de intervenção futura
- Criação do guia de boas-práticas de organização de missões empresariais
- Missão da AIPEX a Portugal:
- Visita de estudo ao Parque Empresarial da AICEP Global Parques em Sines
- Sessão de encerramento
- Assinatura da declaração de parceria



INDICADORES-CHAVE

186











PARTICIPANTES

TÉCNICOS CAPACITADOS GUIA DE BOAS PRÁTICAS DECLARAÇÃO DE PARCERIA

RESULTADOS

- Declaração de Parceria e cooperação institucional entre a AIPEX e a AICEP reforçada
- Dirigentes e técnicos da AIPEX capacitados em planeamento e organizaçãode missões empresariais e fóruns de negócios
- Mapeamento de práticas, desafios e documentação na organização de missões empresariais nas duas instituições
- · Lista de recomendações de intervenção
- Guia de boas-práticas de organização e acompanhamento de missões empresariais



RECOMENDAÇÕES

As recomendações e prioridades de cooperação futura entre as duas instituições foram vertidas na declaração de parceria.

As recomendações específicas sobre a organização de missões empresariais estão detalhadas no estudo e guia de boas práticas disponível no website da *Facilidade de Diálogo UE-Angola*.







CAPACITAÇÃO TÉCNICA NA CONDUÇÃO DE PROCESSOS SANCIONATÓRIOS POR PRÁTICAS RESTRITIVAS DA CONCORRÊNCIA

PROPONENTES



ARC - Autoridade Reguladora da Concorrência de Angola



AdC - Autoridade da Concorrência de Portugal

PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO Jul/2023 a Fev/2024

JUL/2025 a FeV/2024

ABORDAGEMBottom-up



OBJECTIVOS

- Contribuir para o diálogo e cooperação entre a União Europeia e Angola para a melhoria do ambiente de negócios e da concorrência em Angola
- Promover a troca de conhecimentos e experiências entre a UE-Angola na promoção e defesa da concorrência, através da supervisão dos mercados

ACTIVIDADES

- Elaboração do relatório de levantamento dos procedimentos da Autoridade Reguladora da Concorrência
- Missão de Capacitação Técnica (Lisboa): sessões formativas, visita de estudo e acompanhamento de diligências para consolidar as competências da ARC em processos sancionatórios por práticas restritivas da concorrência
- Workshop (Luanda) sobre a promoção da concorrência, abordagem às etapas dos processos sancionatórios por práticas restritivas da concorrência e simulação de uma prática de diligência de busca e apreensão
- Seminário alargado de boas práticas (Luanda) sobre o poder sancionatório e o direito de defesa das empresas no contexto de práticas restritivas da concorrência, com a participação de entidades nacionais e internacionais, incluindo as AdC de Portugal e de Cabo-Verde
- Debriefing (Delegação da União Europeia em Angola): representantes da ARC, AdC Portugal e AdC de Cabo-Verde apresentaram resultados da Acção e recomendações de intervenção futura

INDICADORES-CHAVE







PARTICIPANTES

TÉCNICOS CAPACITADOS

RESULTADOS

- Dirigentes e técnicos da ARC capacitados em processos sancionatórios por práticas restritivas da concorrência
- Práticas e experiências na promoção e defesa da concorrência através de uma supervisão dos mercados, que seja dissuasora das práticas restritivas da concorrência dos parceiros envolvidos identificadas e partilhadas



RECOMENDAÇÕES

Foram identificadas recomendações de intervenção futura para melhoria dos processos sancionatórios:

- Aquisição de soluções tecnológicas para a tramitação electrónica de processos sancionatórios e formação dos técnicos
- Intercâmbio com entidades congéneres de concorrência mais experientes para troca de experiências e aprendizagem prática
- Realização de estágios práticos e destacamento de dirigentes e técnicos em entidades congéneres

TESTEMUNHOS



SILVANO DOMINGOS YEVELA Técnico do Departamento Jurídico e do Contencioso da ARC Angola

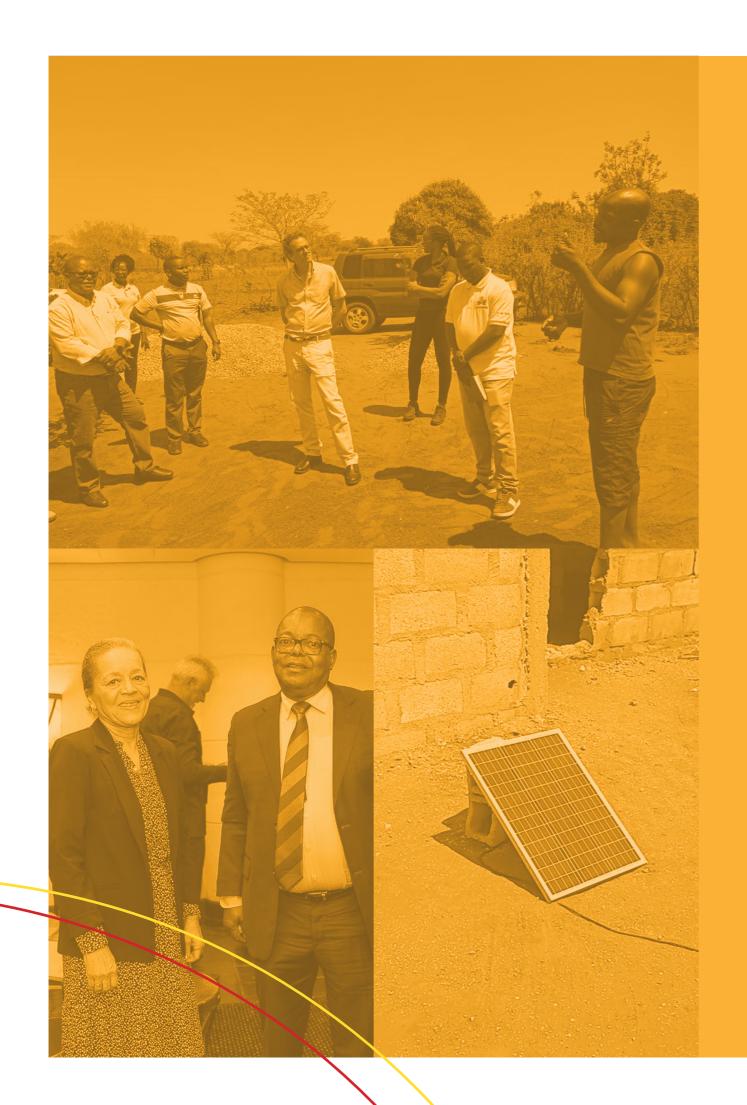
As sessões de troca de experiências entre a ARC e a AdC em Lisboa foram muito intensas e proveitosas. As expectativas da missão foram superadas e vamos aproveitar a presente Acção de Diálogo para melhorar os instrumentos de promoção e defesa da concorrência.



CATARINA TOURAIS Jurista do Departamento de Práticas Restritivas da AdC Portugal

Esta experiência foi uma oportunidade valiosa de partilha de conhecimentos e de boas práticas, originando uma reflexão crítica sobre os desafios e procedimentos de cada parceiro. As diferentes actividades criaram laços efectivos entre os técnicos, aproximando verdadeiramente as duas entidades.







ENERGIA

INTERCÂMBIO PARA ANÁLISE DO POTENCIAL DE UM PROGRAMA DE SISTEMAS SOLARES DOMÉSTICOS EM ANGOLA

PROPONENTES



MINEA - Ministério da Energia e Águas



ALER - Associação Lusófona Energias Renováveis

PARCEIROS

Associação Angolana de Energias Renováveis; Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade; GIZ Moçambique; Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e Água

PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO Set/2023 a Fev/2024

ABORDAGEM

Bottom-up



OBJECTIVOS

Contribuir para o desenvolvimento de um programa que estimule a implementação de Sistemas Solares Domésticos nas áreas rurais e peri-urbanas em Angola, no âmbito da área temática prioritária da Energia

ACTIVIDADES

- Capacitação de técnicos e dirigentes do MINEA sobre sistemas solares domésticos
- Visita de estudo e auscultação aos parceiros em Moçambique sobre desafios e oportunidades na implementação de um programa semelhante em Angola
- Elaboração do estudo sobre a electrificação rural em Angola, a experiência em Moçambique e as recomendações para intervenção governamental, regulação, financiamento e papel do sector privado
- Seminário de boas práticas (Luanda) aberto a empresas e instituições do sector sobre a experiência em Moçambique, o potencial de um programa de sistemas solares domésticos em Angola e as recomendações



INDICADORES-CHAVE







PARTICIPANTES

ESTUDO

RESULTADOS

- Partilha de conhecimentos entre os proponentes sobre os desafios e barreiras à electrificação fora da rede no contexto angolano
- Análise ao impacto do Programa FASER em Moçambique e ao potencial da replicação de um programa similar em Angola
- Estudo sobre sistemas solares domésticos em Angola, com uma lista de recomendações específicas



RECOMENDAÇÕES

- Assumir metas ambiciosas para o acesso universal à energia eléctrica
- Definir as políticas públicas para os sistemas solares domésticos
- Criar uma articulação interministerial com parceiros de cooperação, instituições financeiras e o sector privado
- Regulamentar as energias renováveis e os sistemas solares domésticos
- Concretizar a criação da Agência
 Nacional de Electrificação Rural
- Mapear os territórios a electrificar com sistemas solares domésticos
- Realizar acções de sensibilização sobre sistemas solares domésticos junto dos públicos-alvo

TESTEMUNHOS



Director Nacional de Energias Renováveis e Electrificação Rural do Ministério da Energia e Águas de Angola

experiência em Moçambique revelou transformação da vida das populações ulneráveis em áreas rurais pelo acesso à uminação e ao uso de aparelhos electrónicos lomésticos e de irrigação de plantações, proclumento do sector privado.



RITA MAROUÇO, Gestora de Projecto da Associação Lusófona de Energias Renováveis

esta experiencia permitiu identificar os desafios e barreiras à electrificação fora da rede no contexto angolano e, ao mesmo tempo, delinear um caminho comum entre as instituições públicas e os parceiros de cooperação, como a UE, para dinamizar o segmento de Sistemas Solares Domésticos em Angola.









CIÊNCIA E TECNOLOGIA

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FINANCIAMENTO PARA UMA CIÊNCIA E TECNOLOGIA GLOCAL, ÉTICA, INOVADORA E RELEVANTE

PROPONENTES



FUNDECIT - Fundação para Desenvolvimento Científico e Tecnológico



FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P

PARCEIRO

Fundo Nacional de Investigação (Moçambique)

PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO Jul/2023 a Fev/2024

ABORDAGEM



OBJECTIVOS

- · Contribuir para a cooperação e o diálogo de políticas públicas na área da Ciência e Tecnologia entre UE, Angola e Mocambique
- Promover a troca de conhecimentos e de experiências na identificação, mobilização e ajustamento de fontes diversificadas de financiamento da Ciência, Tecnologia e Inovação
- Lançar bases para acções futuras de cooperação entre as agências governamentais de financiamento de ciência FUNDECIT (Angola), FNI (Moçambique) e FCT (Portugal)

ACTIVIDADES

- Estudo de Análise Comparativa da gestão da ciência e tecnologia, instrumentos financeiros e códigos de conduta das 3 agências de financiamento
- Workshops Diálogos Sul-Sul, com as comunidades científicas e académicas locais
 - Financiamento de C&T para as carreiras de investigação sustentáveis (Lisboa)
 - Financiamento de C&T para benefício das comunidades (Maputo)
 - Prioridades de financiamento de C&T -Editais abertos vs. direccionados (Luanda)
- Elaboração de um portefólio de documentos orientadores de referência para futura elaboração de legislação, regulamentos, normas e manuais, incluindo orientações éticas para instrumentos de financiamento
- Assinatura de declarações conjuntas para promover a cooperação científica entre os países envolvidos



INDICADORES-CHAVE







ESTUDO





PORTEFÓLIO



DECLARAÇÕES DE PARCERIA

RESULTADOS

PARTICIPANTES

- Mapeamento das políticas e práticas de gestão da ciência e tecnologia em cada país
- Cooperação entre os três países consolidada
- Desenvolvimento de produtos de referência: Estudo de benchmarking (dos 3 países)
 - Portefólio de documentos orientadores
- Declaração Conjunta para a Cooperação Científica entre FUNDECIT, FCT e FNI
- Declaração Bilateral entre FUNDECIT e FCT



RECOMENDAÇÕES

- Actualizar os indicadores nacionais de I&D
- Diversificar fontes de financiamento
- Promover a ciência da sustentabilidade e envolver comunidades na resolução de problemas
- · Valorizar as vantagens específicas de Angola, Portugal e Moçambique na cooperação científica
- · Fortalecer a colaboração entre instituições de ciência e ensino superior
- · Assegurar transparência, equidade, diversidade e inclusão nos programas de financiamento
- Adoptar códigos de conduta e boas práticas
- Promover a igualdade de género, valorizar a parentalidade e os cuidadores de dependentes

TESTEMUNHOS



Técnica do Departamento de Ad e Serviços Gerais da FUNDECIT

As actividades conjuntas desta Acção aproximaram as equipas da FUNDECIT, da Declaração Conjunta de Cooperação Científica entre as três agências.

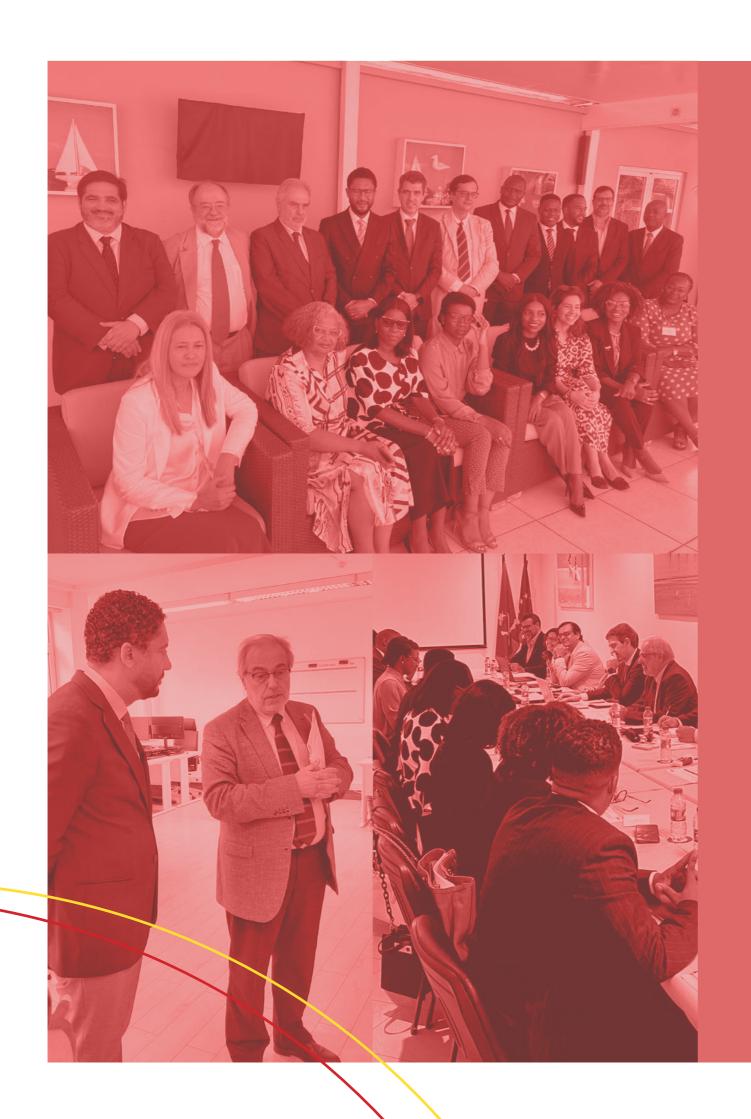


Diretora do Departamento de Relações

Os workshops 'Diálogos Sul-Sul' e o estudo de benchmarking promoveram a cooperação em as equipas da FUNDECIT, da FCT e do FNI e permitiram a superação de desafios através de dinâmicas muito enriquecedoras.









FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

TROCA DE EXPERIÊNCIAS PARA A MONITORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

PROPONENTES



UTG/PNFQ - Unidade Técnica de Gestão do Plano Nacional de Formação de Quadros, Casa Civil do Presidente da República de Angola



PlanAPP - Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública, Presidência do Conselho de Ministros de Portugal

PARCEIROS

Agência para o Desenvolvimento e Coesão; Programa Pessoas 2030

PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO Jul/2023 a Fev/2024

ABORDAGEM

Bottom-up



OBJECTIVOS

- Contribuir para o desenvolvimento do diálogo político entre Angola e a UE na área da Educação e Formação
- Identificar, partilhar e integrar boas práticas de monitorização de planos de desenvolvimento do Capital Humano
- Incrementar a relação de parceria entre a UTG/PNFQ e o PlanApp

ACTIVIDADES

- Elaboração de um estudo de análise e sistematização sobre práticas, procedimentos e desafios na gestão do Capital Humano em Angola para apoiar a troca de experiências entre a UTG/PNFQ e o PlanApp
- Workshop (Luanda) para troca de experiências sobre monitorização das políticas de desenvolvimento do Capital Humano
- Workshop (Lisboa) centrado na arquitectura institucional para o planeamento em Portugal e no modelo de governação dos programas financiados pelos fundos europeus
- Elaboração da declaração de parceria entre a UTG/PNFQ e o PlanAPP



INDICADORES-CHAVE







ESTUDO





DECLARAÇÃO DE PARCERIA

PARTICIPANTES

RESULTADOS

- Boas práticas na gestão de programas de desenvolvimento do Capital Humano identificadas
- Análise aos desafios na gestão do Capital Humano realizada
- Cooperação entre a UTG/PNFQ e o PlanAPP iniciada
- Declaração de Parceria formalizada



RECOMENDAÇÕES

- Capacitar as instituições envolvidas no processo de planeamento, monitoria e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento de Capital Humano em Angola
- Identificar e captar financiamento para programas de desenvolvimento do Capital Humano
- Realizar estudos sobre a eficácia das políticas públicas de desenvolvimento de Capital Humano e oportunidades no acesso ao ensino e à formação profissional

TESTEMUNHOS



FRANCISCO FURTADO Coordenador da Equipa Multidisciplinar de Prospetiva e Planeamento do PlanAPP

O workshop com a UTG/PNFQ identificou vários desafios comuns, incluindo a relação entre arquitectura institucional e planeamento, promoveu a partilha de experiências para um maior alinhamento entre os processos de planeamento estratégico e abriu portas para futuras colaborações mutuamente benéficas.



EDGAR JACOB
Chefe da Divisão Técnica
de Programação, Acompanhamento
e Avaliação da UTG-PNFQ

A troca de experiências entre a UTG-PNFQ e o PlanAPP, com apoio da Facilidade de Diálogo UE-Angola, levou a reflexões sobre metodologias de monitorização e avaliação do desenvolvimento do capital humano.





PRÉMIO ACADÉMICO DIÁLOGOS UNIÃO EUROPEIA-ANGOLA

PROPONENTES



MESCTI - Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação



DUE - Delegação da União Europeia em Angola

PARCEIROS

Associação das Instituições de Ensino Superior Privadas Angolanas; Conselho de Reitores das Universidades Angolanas

PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO

Jan/2022 a Jun/2024

ABORDAGEM *Top-down*



OBJECTIVOS

- Estimular a investigação e o conhecimento sobre políticas públicas europeias, a cooperação entre Angola e a União Europeia e o acordo Caminho Conjunto Angola-União Europeia
- Potenciar as ligações institucionais e parcerias entre instituições do ensino superior de Angola e as organizações da UE
- Promover a excelência académica de estudantes finalistas de licenciatura e de pósgraduação inscritos em instituições de ensino superior em Angola

ACTIVIDADES

FASE I - Concepção

- Mobilização dos parceiros institucionais
- Elaboração do Regulamento e documentos de apoio ao Prémio Académico Diálogos UE-Angola
- Articulação de contactos para identificar instituições de ensino superior e académicos para integrar o Júri de Selecção

FASE II - Implementação

- · Lançamento público do Prémio
- Divulgação do Prémio na academia e nos média
- Sessões de esclarecimento em instituições de ensino superior
- Acompanhamento das instituições interessadas em apresentar candidatos
- Processamento e apoio às candidaturas
- Apoio à análise e selecção dos trabalhos pelo Júri de Selecção
- Comunicação com candidatos e orientadores sobre os resultados

FASE III - Atribuição de prémios

- Organização da Cerimónia de entrega de diplomas
- Organização da visita dos premiados às instituições europeias

INDICADORES-CHAVE





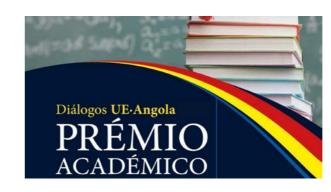


PREMIADOS

MISSÃO A BRUXELAS

RESULTADOS

- A dinamização desta primeira edição do Prémio Académico estimulou a abertura de interesse pela investigação em estudos comparados e em temas europeus na academia angolana
- As instituições de ensino superior, individualmente e através das suas estruturas representativas (CRUANG e AIESPA) foram envolvidas no diálogo entre Angola e a União Europeia
- Estudantes e académicos das instituições de ensino superior de Angola interessados em estudos europeus conheceram as instituições da UE, reforçando a ligação institucional entre Angola e a União Europeia



RECOMENDAÇÕES

- Lançar a segunda edição do Prémio Académico Diálogos UE-Angola
- Dinamizar uma conferência académica para apresentar resultados
- Editar os estudos galardoados numa publicação





IMPLEMENTADO POR





dialogosue-angola.org